

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ENGENHARIA  
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

**NATÁLIA GABRIELA RÓS MARQUES DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL (CODETER) E DO NÚCLEO DE EXTENSÃO E  
PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDET) NAS  
AÇÕES DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO E SEU ATUAL LEGADO**

Ilha Solteira

2022

**NATÁLIA GABRIELA RÓS MARQUES DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL (CODETER) E DO NÚCLEO DE EXTENSÃO E  
PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDET) NAS  
AÇÕES DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO E SEU ATUAL LEGADO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – UNESP como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agronomia.

Antonio Lázaro Sant' Ana  
Orientador

Ilha Solteira  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA  
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

O48i Oliveira, Natália Gabriela Rós Marques de.  
A influência do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) e do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (Nedet) nas ações do Grupo de Mulheres União e seu atual legado / Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2022  
51 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2022

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana  
Inclui bibliografia

1. Mulheres rurais. 2. Autonomia. 3. Assentamento rural. 4. Política territorial.

  
Raiane da Silva Santos

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Os efeitos das Políticas Públicas nas Ações do Grupo de Mulheres União e seu Atual Legado

**AUTORA:** NATÁLIA GABRIELA RÓS MARQUES DE OLIVEIRA

**ORIENTADOR:** ANTONIO LAZARO SANT ANA

**COORIENTADOR:** ORIVALDO ARF

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em AGRONOMIA, área: Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)  
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Profª Drª ALINE DE OLIVEIRA MATOSO (Participação Virtual)  
Agronomia / Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Profa. Dra. ANA HELOISA MAIA (Participação Virtual)  
Departamento de Agronomia / Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Ilha Solteira, 02 de agosto de 2022

## RESUMO

Diante uma sociedade pautada em parâmetros que se baseiam em um tradicional machismo estrutural, já arraigado em cada processo, surgem oportunidades para as mulheres agricultoras familiares, as quais descobrem que juntas podem construir um caminho e ir além, quando auxiliadas pelas políticas públicas adequadas. Este trabalho buscou analisar as atividades político-organizativas do Grupo de Mulheres União e suas atividades e trajetória desde sua formação até o período atual. A metodologia de pesquisa consistiu na realização de uma entrevista com a líder do Grupo de Mulheres União, do Assentamento União, no município de Indiaporã (SP), visando levantar as atividades que as integrantes do Grupo têm realizado, além da história de formação do Assentamento e do próprio Grupo, os principais problemas enfrentados durante a pandemia e as formas de organização do Grupo e posteriormente na entrevista com algumas integrantes do Grupo. A narrativa da Líder do Grupo de Mulheres União evidenciou a relevância deste em vários aspectos na vida das integrantes, as quais puderam juntas participar de cursos de formação profissional e pessoal, com o apoio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) do Território Noroeste Paulista. Além disso, houve um maior envolvimento político das integrantes, ao reivindicarem melhor qualidade de vida por meio de manifestações e atos pró educação e candidaturas à vereança na última eleição municipal. Apesar das inúmeras atividades e de suas ações refletirem até hoje no Assentamento União, o Grupo de mulheres não resistiu ao final das políticas territoriais, às dificuldades apresentadas pela pandemia e aos conflitos políticos internos ocorridos no Assentamento. Entretanto, o legado do Grupo de Mulheres União permanece por meio da participação das mulheres em cursos hoje oferecidos pelo Senar e nos aprendizados adquiridos, os quais são claramente demonstrados no uso de práticas mais sustentáveis de produção agropecuária, como a utilização de várias técnicas da agricultura orgânica.

**Palavras-chave:** mulheres rurais; autonomia; assentamento rural; política territorial.

## ABSTRACT

Faced with a society based on parameters that are based on a traditional structural machismo, already ingrained in each process, opportunities arise for women family farmers, who discover that together they can build a path and go beyond, when aided by appropriate public policies. This work sought to analyze the political-organizational activities of the Grupo de Mulheres União and its activities and trajectory since its formation until the current period. The research methodology consisted of conducting an interview with the leader of the União Women's Group, from the União Settlement, in the municipality of Indiaporã (SP), in order to survey the activities that the Group's members have carried out, in addition to the history of the formation of the Settlement and the Group itself, the main problems faced during the pandemic and the forms of organization of the Group and later in the interview with some members of the Group. The narrative of the Leader of the União Women's Group highlighted its relevance in several aspects in the lives of the members, who were able to participate in professional and personal training courses together, with the support of the Collegiate of Territorial Development (Codeter) of the Northwest Paulista Territory. In addition, there was a greater political involvement of the members, as they demanded a better quality of life through demonstrations and pro-education acts and candidacies for councilors in the last municipal election. Despite the numerous activities and their actions still reflected in the Union Settlement, the Women's Group did not resist the end of territorial policies, the difficulties presented by the pandemic and the internal political conflicts that occurred in the Settlement. However, the legacy of Grupo de Mulheres União remains through the participation of women in courses currently offered by Senar and in the lessons learned, which are clearly demonstrated in the implementation of more sustainable agricultural production processes, such as the use of various agricultural techniques organic.

**Keywords:** rural women; autonomy; rural settlement.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO DA MULHER DO CAMPO</b>	<b>8</b>
2.1	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO	8
2.2	ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E SUA INSERÇÃO EM LUTAS POLÍTICAS	10
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA E TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>15</b>
4.1	A HISTÓRIA E AS LUTAS DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO, DO ASSENTAMENTO UNIÃO, A PARTIR DA VISÃO DE SUA LÍDER	15
4.2	A VISÃO DAS DEMAIS MULHERES QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO	23
<b>4.2.1</b>	<b>O discurso do não reconhecimento do Grupo de Mulheres União e as atividades realizadas</b>	<b>23</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Fim dos Programas de Desenvolvimento Territorial e seus reflexos na atuação do Grupo de Mulheres União</b>	<b>26</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Conflitos internos no Assentamento União</b>	<b>28</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Consequências da Pandemia</b>	<b>28</b>
4.4	ENTREVISTAS COM AGENTES EXTERNOS	33
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>36</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro Utilizado em Entrevista com a Líder do Grupo de Mulheres União</b>	<b>44</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário Utilizado em Entrevista com as Integrantes do Grupo de Mulheres União</b>	<b>45</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro Utilizado em Entrevista com o coordenador executivo do Codeter Nilton Aparecido Marques de Oliveira</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como em contextos urbanos, a discussão de gênero torna-se indispensável em ambientes rurais para compreender as relações de poder e seus significados dentro do âmbito das comunidades rurais. Também para que seja possível compreender a ampliação das formas de organização e movimentos femininos no campo, necessita-se de uma análise e observação das motivações destas mulheres, suas lógicas e reivindicações (SCOTT, 2010).

Alguns debates como a *invisibilização* do trabalho da mulher no campo e a barreira a elas imposta, devido a essa falta de valorização de seu trabalho em busca de autonomia econômica e participação política, auxiliam a interpretação dos movimentos sociais de mulheres que possuem como uma de suas principais pautas a busca por autonomia, principalmente econômica (HERNÁNDEZ, 2010).

Apesar de as mulheres do campo muitas vezes terem seus conhecimentos desvalorizados, são as que em seu trabalho mais se sensibilizam quanto à diversificação da produção (ALENCAR *et al.*, 2011). Para Ferreira (2016), em análise que abrangeu o sul do estado do Mato Grosso de Sul, as mulheres rurais são um importante agente mantenedor da agrobiodiversidade, à medida que são as principais responsáveis pela execução de atividades relacionadas ao manejo dos recursos naturais e conservação da biodiversidade, como a produção e troca de mudas e o resgate e multiplicação de sementes crioulas. Meinen-Dick *et al.* (2014) relatam que os fóruns de grupos de mulheres, ao trocar informações entre si sobre práticas agrícolas e tecnologias, fazem uso mais eficiente dos recursos naturais existentes.

Sendo o machismo um sistema de representações-dominância em que existe um dominante (homem) e um dominado (mulher), dentro das relações (DRUMONT, 1980), o trabalho da mulher no campo e suas ações visando a diversificação de produção, além de criar maior espaço e valorização de seu trabalho torna-se um movimento também contra o machismo, especialmente quando se dá de forma organizada, como no caso da formação de grupos de mulheres. Um exemplo claro de como grupos de mulheres podem atuar em movimentos contra o machismo foi o do movimento conhecido como “lobby batom”, realizado por mulheres de grupos e movimentos feministas, que influenciaram na Constituição de 1988 a favor de mais direitos das mulheres (SOARES, 2014).

No Noroeste Paulista, embora seja uma região com forte presença de agricultores familiares, não se constatou nenhum trabalho que abordasse esse relevante tema, o que motivou o desenvolvimento da presente proposta de pesquisa. Objetivou-se, neste trabalho fazer o levantamento do histórico de formação do Grupo de Mulheres União, do Assentamento União, em Indaporã-SP, conhecer as peculiaridades, as principais atividades e dificuldades (principalmente durante o quadro agudo da pandemia atual) do referido Grupo, as atividades realizadas pelas

integrantes do Grupo; assim como o impacto dessas ações do Grupo no trabalho e na vida das mulheres.

O Assentamento União em parte localizado no município de Indiaporã e outra parte no município de Guarani D'Oeste, ambos situados na Região Geográfica Imediata de Fernandópolis (IBGE, 2017), no noroeste do estado de São Paulo.

Ambos os municípios possuem a maioria de seus estabelecimentos rurais ligados à agricultura familiar, sendo a mesma responsável por grande diversificação de plantio e criações (IBGE, 2017). Em Indiaporã, de um total de 201 estabelecimentos rurais, 134 são gerenciados por agricultores familiares, ou seja, 66,67% do total de estabelecimentos. O mesmo acontece com Guarani D'Oeste, no qual dos 93 estabelecimentos rurais do município, 60 pertencem à agricultura familiar, perfazendo 64,52% do total de estabelecimentos (IBGE, 2017).

Avalia-se que esta pesquisa ao permitir uma melhor caracterização das atividades realizadas pelo Grupo de Mulheres União e suas possíveis conexões com alguns aspectos mais amplos (ambientais, sociais, culturais e econômicos), poderá contribuir, por meio da disponibilização de dados e informações, para a criação, reforço ou reorientação de políticas públicas que valorizem o trabalho da mulher do campo.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO DA MULHER DO CAMPO

### 2.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO

Apesar de sua grande importância, o trabalho das mulheres do campo é pouco valorizado (GEORGIN *et al.*, 2015), o que, segundo Melo e Sabato (2005), pode ser explicado devido às atividades socialmente atribuídas à mulher, pois muitas dessas tarefas, ao não gerarem renda monetária, tornam invisível o trabalho das mesmas, transformando-o em mera extensão da posição de mãe, relegando apenas ao homem o controle e a gestão da unidade familiar.

A discussão sobre a *invisibilização* do trabalho da mulher do campo já vem ocorrendo desde a década de 1980. Dois movimentos femininos do campo tiveram destaques por suas reivindicações: o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) em Pernambuco e Rio Grande do Sul (DEEREE, 2004; BRUMER; PAULILO, 2004). Ambos buscavam, entre outras pautas, o reconhecimento do trabalho da mulher do campo, e a sua participação em sindicatos e cooperativas (STEPHEN, 1996, citado por PAULILO, 2000). Graças às pressões exercidas pelos movimentos de mulheres rurais, na Constituição de 1988 foi, pela primeira vez, reconhecido o termo “produtoras rurais”, o que permitiu às mulheres do campo direitos previdenciários e licença maternidade remunerada (BRUMER; PAULILO, 2004).

Embora, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, tenha sido assegurada, por lei, a igualdade de gênero entre homens e mulheres no interior da família, na prática observa-se uma realidade ainda muito discrepante com relação à igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais (trabalho, religião, cultura, economia e política). Continua vigente ainda uma divisão sexual de trabalho, predominante na maioria das famílias, a qual direciona às mulheres as atividades vitais para a sobrevivência e o espaço privado, e aos homens as atividades relativas à ocupação dos espaços públicos. O que torna essa situação mais extenuante é o fato de as atividades relacionadas à manutenção da vida, dentro dessa lógica exercida pelas mulheres, não serem remuneradas pelo sistema capitalista, apesar de serem vital para o próprio sistema (LEAL, 2011), o que leva as mulheres a exercer uma dupla jornada de trabalho para garantir uma renda própria.

Esta divisão sexual do trabalho baseia-se na designação de trabalhos chamados “produtivos”, aos homens e “reprodutivo” às mulheres, de forma que institucionaliza o espaço privado e doméstico a um “espaço natural da mulher” (SILVA; PORTELLA, 2006).

Como exemplifica bem Schwendler (2020) em sua pesquisa, dentro do âmbito familiar, quando o homem e a mulher participam de algum trabalho produtivo (roçado, plantação, etc.), é considerado que a mulher estava apenas ajudando o homem, enquanto este trabalhava, o que conduz à jornada dupla de trabalho da mulher, pois esta quando chega em casa, ainda precisa lidar com o trabalho doméstico sozinha.

Quando a mulher consegue realizar um trabalho remunerado, elas recebem menos, devido às atribuições de valor ao trabalho feminino, além de outras barreiras ao acesso da mulher ao mercado (GOMES; FRANÇA; CALBINO, 2020).

A opressão de gênero torna-se chave para a exploração social de classe, sendo o trabalho da mulher e sua força de trabalho os mais negligenciados e sujeitos à não remuneração (FURNO, 2015). As condições de vida de ambos gêneros não se originam de uma designação biológica, mas sim de uma construção social, assim como o trabalho, que segue uma divisão social de trabalho entre homens e mulheres (MELO; CASTILHO, 2009), conclui-se que, assim como acredita Drumont, (1980), a *invisibilização* do trabalho feminino é parte da estrutura do machismo, a qual é responsável por conduzir mulheres à realização de atividades que não produzem dinheiro, em contraposição ao homem que é orientado à uma profissionalização. Os valores, crenças e condutas que estabelecem relações sociais de dominação masculina e criam barreiras para a realização dos direitos femininos, foram criados com auxílio de algumas instituições, como Igreja, Estado, Escola e Família (PLAZAS, 2013).

Como contrapartida a este processo de dominação masculino, está presente o feminismo, com encargo de lutar pela mitigação das desigualdades entre homens e mulheres, defendendo a emancipação feminina e a conquista de sua autonomia (ZIRBEL, 2007). Em pesquisa recente, ao se analisar as inovações e as relações de gênero nos novos processos de ruralização na Espanha, observou-se que se atribui às mulheres a responsabilidade de equilibrar vida pessoal (trabalho reprodutivo) e vida profissional, preocupação essa não enfrentada pelo gênero masculino (BAYLINA *et al.*, 2019).

Encontra-se, uma situação que apresenta-se como um impasse: a hierarquização que transforma apenas os trabalhos produtivos e masculinos em trabalho, invisibiliza o trabalho da mulher e sua participação na economia camponesa, dificultando seu acesso à políticas públicas, entretanto, quando a mulher consegue esse acesso, a participação da mesma tem sido fundamental para assegurar a soberania alimentar, reduzir os riscos de pobreza em favor do cuidado da saúde familiar, à medida que também assegura a biodiversidade no campo (CAMPOS, 2011).

Em um cenário atual de intensificação das mudanças climáticas e com o crescente papel desempenhado pelas mulheres da agricultura familiar, elas podem ser responsáveis por impactar

positivamente a produção de alimentos e a segurança alimentar (CARVAJAL; QUINTERO; GARCÍA, 2008). Jost *et al.* (2015), acreditam que legar às mulheres informações, recursos, tecnologias e práticas para o desenvolvimento de sua agricultura mais sustentável é uma estratégia importante a ser adotada.

Historicamente, as mulheres adquiriram vasto conhecimento sobre os agroecossistemas que manejam, sendo as responsáveis por administrar o fluxo de biomassa, pela conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando, em muitas partes do mundo, grande conhecimento sobre espécies e recursos genéticos e filogenéticos, e garantindo a base da segurança alimentar da família (GEORGIN *et al.*, 2015). Além disso, Wright e Annes (2014), descrevem em seus trabalhos o grande potencial que a mulher possui para o desenvolvimento de atividades de agroturismo, associadas à sustentabilidade. Para esses autores, essas atividades também proporcionam a autonomia das mulheres e a formação de lideranças femininas. Alguns trabalhos, como os de Malapit *et al.* (2015), Malapit e Quisumbing (2015) e Sraboni *et al.* (2014) mencionam como o empoderamento de mulheres está ligado positivamente com a segurança alimentar e saúde nutricional das famílias rurais, em vários países do mundo.

Sofer e Saada (2016) citam que no espaço rural de Israel, como forma de obter maior autonomia, as mulheres estão se tornando empreendedoras, incentivadas pela falta de espaço originada pelos obstáculos estruturais que o tradicionalismo lhes impõe. Sharaunga e Mudhara-Bogale (2016) consideram que a capacitação de mulheres no campo é a chave para a melhoria da segurança alimentar das famílias. Essas experiências das mulheres com a diversificação produtiva, a garantia de soberania alimentar e a manutenção da biodiversidade auxiliam na formulação de uma economia feminista, de forma que seja ampliada a visão do econômico para além do mercado (FARIA, 2009).

Uma das formas de fortalecer o trabalho das mulheres no campo é por meio da realização de políticas públicas, como o Pronaf Mulher, por exemplo, que concede crédito para mulheres ou coletivo de mulheres da agricultura familiar (BNDS, 2020). Essa linha de crédito originou-se como consequência de mobilizações de mulheres rurais que juntas reivindicaram do estado direitos que permitissem seu desenvolvimento no campo (IZIDORO *et al.*, 2018).

## 2.2 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E SUA INSERÇÃO EM LUTAS POLÍTICAS

Há uma crescente participação e organização da mulher do campo, nas últimas décadas, sendo que a mesma passou a integrar ativamente a sindicatos, movimentos sociais, associações e cooperativas. Também cresceu sua atuação no desenvolvimento de práticas alternativas de base

agroecológica nas propriedades e na criação de centros de formação para prestação de assessoria técnica e organizativa, além de participarem da formação de espaços de comercialização como feiras (SILIPRANDI, 2009). Pode-se, desta forma considerar crescente também a busca pela valorização de seu trabalho, por meio dessas atividades (GEORGIN *et al.*, 2015).

Como já mencionado, o movimento de mulheres que culminou nas mudanças na Constituição de 1988 trouxe importantes conquistas a favor da busca pela igualdade de gênero, além de trazer à tona algumas discussões importantes, como foi o caso da violência doméstica e sexual, que, era um tema até então relacionado às esferas do espaço privado, e, passou a alcançar dimensões públicas tornando-se objeto de políticas públicas, inclusive, como é o caso das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), dos abrigos institucionais para a proteção da mulher em situação de violência, entre outros. Além disso, essas discussões e conquistas alcançadas pelo movimento influenciaram em treinamento especializado de alguns profissionais de segurança pública para lidar com o tema (CARNEIRO, 2003).

A participação das mulheres no campo político as torna modificadoras da estrutura vigente no campo, além da participação das mesmas em grupos de mulheres lhes permite tornarem-se portadoras de um saber-poder no campo da política, proporcionando que repensem seu cotidiano. Um exemplo pioneiro da organização de mulheres do campo com ação transformadora do cotidiano e da realidade das mesmas, foi a realização, em 1986, do Primeiro Encontro das Trabalhadoras Rurais, que aconteceu em Brasília. Após este evento, aumentou o envolvimento das trabalhadoras rurais em seminários e encontros, suscitando o debate de temas como a mortalidade materna, violência contra as mulheres, direitos constitucionais, entre outros (SALES, 2007). A partir desses movimentos houve o fortalecimento de diversas discussões que estão relacionadas com as lutas das mulheres.

Por outro lado, desde a década de 1990, Shiva (1998) relata que a atuação das empresas multinacionais tem levado à monopolização das sementes, buscando transformar o trabalho das mulheres, de guardiãs da biodiversidade, a compradoras obrigatórias de sementes a cada colheita.

A Agroecologia constitui-se em um campo de contraposição ao monopólio de venda de sementes pelas multinacionais e à perda da agrobiodiversidade (BIASE, 2010). Nesse sentido, as mulheres assumem o papel de protagonistas e mantenedoras de agroecossistemas sustentáveis, além de executarem atividades ligadas ao manejo dos recursos naturais e à manutenção da biodiversidade, como por exemplo a conservação e troca de sementes com as vizinhas (FERREIRA, 2016).

Há algumas pesquisas que relatam o trabalho de grupos de mulheres, como a experiência de agricultoras assentadas, no resgate e multiplicação das sementes crioulas no sul do Mato Grosso

do Sul (DORCE *et al.*, 2017). A autora relata as ações de um grupo de 20 mulheres que selecionam as melhores sementes crioulas anualmente, após a colheita, as conservam e armazenam para a troca com seus vizinhos, no intuito de melhorar a diversidade em suas roças. Toda a produção dessas mulheres se baseia nos princípios da agroecologia, tendo as entrevistadas frisado sua preocupação com a qualidade de alimentos consumidos pela família.

Em trabalho, realizado em 2018, com mulheres assentadas da região de Três Lagoas e Selvíria, constatou-se que as agricultoras tinham a consciência da importância de uma alimentação saudável, sendo as mesmas responsáveis pela introdução de práticas agroecológicas nos assentamentos (BORZONE, 2018).

Outro exemplo da atuação de grupos de mulheres é a cooperativa de ervas de Calmañana, no Uruguai, a qual, com auxílio de uma assistência técnica pautada em perspectivas participativas feministas e agroecológicas, foi responsável pelo reforço de estratégias locais focadas na diversificação de culturas, contribuindo com o aumento da renda familiar e garantindo a segurança alimentar. A atuação do grupo baseou-se no interesse das mulheres participantes, incluindo a diversificação da renda, a nutrição familiar, sem esquecer da amizade e solidariedade dentre as integrantes. A cooperativa acabou por gerar líderes importantes e tornou-se referência de atuação em agroecologia e soberania alimentar (OLIVER, 2016).

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a realização deste trabalho, além da revisão bibliográfica, foi realizada, na primeira parte, uma entrevista com M. C., a líder do Grupo de Mulheres União, com base em um roteiro semiestruturado, já que este dá liberdade ao pesquisador de explorar o material fornecido pelo entrevistado, aprofundando e interpretando as informações emitidas durante a conversa (RICHARDSON, 2010), tendo essa acontecido no dia nove de outubro de 2020. A entrevista ocorreu por meio de ligação telefônica, durante a qual foram levantados dados a respeito da história de formação do Assentamento, do Grupo de Mulheres e das principais atividades realizadas pelo mesmo, além de já serem coletadas algumas informações sobre as características de atuação do grupo e das participantes, como por exemplo quais as motivações das integrantes para a formação inicial do grupo, quais os problemas ainda enfrentados pelo mesmo, qual a importância do grupo na formação política das participantes, entre outras questões. A entrevista foi gravada com autorização da entrevistada e, posteriormente, transcrita diretamente do áudio gravado.

Algumas informações da entrevista com M. C. foram complementadas por meio de consulta a um informante-chave, o prof. Nilton Aparecido Marques de Oliveira, professor da Etec de Jales e que já realizou trabalhos de extensão rural no Assentamento União. Também foi realizada uma entrevista aberta com a Assessora de Gênero e Políticas para as Mulheres, Vilaine Cristina Sangali Lima, visando esclarecer alguns aspectos da atuação do Grupo de Mulheres União.

Na segunda parte do projeto, previa-se, por conta da pandemia ocasionada pela Covid-19, realizar entrevistas através do telefone com todas as demais integrantes do Grupo de Mulheres União. Os contatos de todas as integrantes seriam passados conforme as ligações fossem sendo realizadas, pelo método bola de neve. Entretanto, foram encontradas algumas dificuldades para a realização das entrevistas dessa forma, como a não confiança das mulheres em alguém que elas não conheciam pessoalmente, ausência de sinal telefônico no lote, ausência de celular por parte da entrevistada, entre outros obstáculos. Mesmo assim foi possível realizar entrevistas com 9 mulheres. O questionário foi composto questões visando a caracterização dos estabelecimentos, da agricultora, das divisões de trabalho dentro dos lotes, dos tipos de produção, controle de pragas, doenças e plantas espontâneas utilizados, questões a respeito de práticas conservacionistas, agricultura orgânica, agroecologia e questões político organizacionais das mulheres. Houve, porém, novamente, necessidade de mudança de metodologia e do enfoque da pesquisa, já que, observou-se um sentimento de não pertencimento ao Grupo de Mulheres e a se notar a sua atual inatividade. Então foi necessário entrar em contato com agentes externos (informantes-chaves), como

extensionistas que possuíam contato com o Assentamento, para compreender melhor o que poderia ter ocorrido com o Grupo de Mulheres União.

Além dessas técnicas de pesquisa, foi utilizada a observação participante durante os cursos do Senar realizados no Assentamento União, em 2022, o qual localiza-se nos municípios de Guarani-D'Oeste e Indiaporã.

Indiaporã é um município localizado nas coordenadas geográficas: Latitude: 19° 52' 20" Sul, Longitude: 50° 08' 05" Oeste (EARTH, 2022). Seu nome significa “índia bonita”, uma homenagem aos índios Caiapós que viviam nas proximidades do Rio Grande (DADOS, 2020), e data desde 1948; criação do então Distrito de Paz, na época, o qual veio a tornar-se em município em 1953 (INDIAPORÃ, 2014). Estende-se por 279,606 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada de 3.876 habitantes (IBGE, 2021). Como municípios limítrofes estão Mira Estrela, Macedônia, Guarani D'Oeste, Ouroeste e Iturama (INDIAPORÃ, 2014).

Guarani D'Oeste situa-se nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude 20°02'21" Sul e Longitude 50°20'23" Oeste (EARTH, 2022). No total estende-se por 85,7Km<sup>2</sup>, e conta com população de 1.999 habitantes (IBGE, 2021).

Também foi realizada uma pesquisa documental dos arquivos relativos às atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (NEDET<sup>1</sup>) da Unesp, Câmpus de Ilha Solteira-SP que contribuiu para a rearticulação do Grupo União no período entre 2015 e 2016.

---

<sup>1</sup> O NEDET (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e Noroeste Paulista) era um grupo composto por professores e alunos da Unesp-FEIS, Câmpus de Ilha Solteira que apoiava a gestão dos Territórios Rurais de Andradina e do Noroeste Paulista (no qual estava o Grupo alvo desta pesquisa), de modo a contribuir para a melhor aplicação dos recursos de infraestrutura do Proinf e de outras fontes; dinamizar as atividades econômicas em bases sustentáveis; articular as políticas públicas e atores territoriais e estimular a participação social e a reafirmação de identidades, especialmente mulheres e os jovens.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A HISTÓRIA E AS LUTAS DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO, DO ASSENTAMENTO UNIÃO, A PARTIR DA VISÃO DE SUA LÍDER

Na primeira parte da pesquisa de campo foi entrevistada a líder do Grupo de Mulheres União, M. C., que possui 44 anos atualmente. Ela também é responsável pela liderança de parte das famílias do Assentamento União, mais especificamente, do setor cujos lotes estão localizados no município de Indiaporã-SP, além de ser a presidente da Associação Grupo União. M. C. trabalha como agricultora desde 2009 (11 anos), sendo destes, 6 anos no lote atual, o qual pertence à sua filha e onde mora como agregada com mais três pessoas. A entrevista iniciou com o relato do contexto histórico da formação do Assentamento e do Grupo União.

O Projeto de Assentamento (PA) União começou a ter sua formação discutida em agosto de 2008, vindo a ser efetivamente formado em 2010 pelo INCRA, juntamente com outros assentamentos próximos. Originou-se da desapropriação da Fazenda São Vicente, situada nos municípios de Indiaporã (SP) e Guarani D'Oeste (SP), e abrangeu as famílias do acampamento de Guarani D'Oeste que se situava na área (77 famílias). Foram agregadas também algumas famílias acampadas próximas da área (79 famílias), dentre estas 22 famílias provieram do acampamento chamado Horta da Esperança, onde residia a família da M.C.

Segundo a entrevistada, no início da formação do Assentamento, foram criados dois grupos, um na entrada da fazenda, chamado de Acampamento São Vicente, e outro no meio da fazenda, próximo à reserva, o Acampamento Horta da Esperança. A divisão entre os grupos manteve-se até que efetivamente foram distribuídos os lotes, ocasião em que cada família se dirigiu à sua área para residir. No total são 156 famílias assentadas atualmente (2022).

Com relação às lideranças, M. C. menciona que os grupos existentes dentro do Assentamento União é que são os responsáveis por liderar as atividades, reforçando que “um assentamento não deve ter lideranças que assumam individualmente a representação, uma associação ou grupo de mulheres, pois centralizar no nome de uma pessoa ou outra gera muitas discordâncias”. Entretanto, por meio de consulta ao Prof. Nilton Aparecido Marques de Oliveira, que conhece o Assentamento União, este mencionou duas lideranças principais: a M. C., coordenando aos assentados que residem no município de Indiaporã, e A. C. B. que coordena os assentados que residem em Guarani D'Oeste.

Quando questionada a respeito das principais dificuldades iniciais enfrentadas, na época do acampamento, M. C. cita a obtenção de água e problemas com queimadas acidentais:

Nós enfrentamos muito fogo, cana, porque era um canavial, e se alguém botasse fogo num lixo, em alguma coisa, queimava o assentamento inteiro, então a gente teve esse problema. A gente teve um outro problema muito grave também que foi a água, por conta de que, como as famílias continuavam acampadas, e não cada uma dentro do seu lote, não tinha como fazer um monte de poço no mesmo lugar. Era muito difícil. E dentro da área da reserva, por exemplo, a gente não podia furar poço, então a gente buscava água num córrego que tem na entrada da fazenda (M. C., 2020).

Em determinado momento da entrevista, Mari menciona também a falta de energia elétrica como uma das dificuldades enfrentadas naquele tempo.

Bergamasco e Norder (1996) afirmam que o processo de conquista da terra envolve duas fases, uma que precede a conquista da terra em si, e, posteriormente, o período de luta pela obtenção de condições econômicas e sociais que favoreçam a permanência destes agricultores na terra como produtores, com diferenças de engajamento das famílias nas atividades organizativas.

Em termos cronológicos, a atuação do Grupo de Mulheres União iniciou-se no ano de 2011, com o grupo de cozinha comunitária utilizada por mulheres do Assentamento, chamado Cravo e Canela. O Grupo visitava na época alguns estabelecimentos de venda de sementes para pedir sementes de plantas que serviriam como tempero e condimentos para cozinha, as quais, as mulheres semearam juntas no “corredor” (nesta época ainda não moravam nos lotes).

Os temperos e condimentos plantados eram então usados em uma cozinha construída no Assentamento União, e documentada em nome do Grupo de Mulheres Cravo e Canela.

O Grupo de Mulheres União surgiu quando os moradores ainda eram acampados, antes da criação do Assentamento, com a motivação de encontrar uma forma de complementar a renda das famílias e criar uma força no sentido de estruturação das famílias, segundo a entrevistada. Afirmou também que a formação do Grupo contou com o apoio do Colegiado do Território Noroeste Paulista, o qual atuava na região na época, e foi crucial para a sua existência e atuação até hoje:

É assim, é, surgiu, lá, bem atrás, o Território do Noroeste Paulista, e a gente começou a frequentar, eu e algumas outras, a frequentar este grupo. E lá, nos trouxe um vasto conhecimento. Foi preparada uma bagagem que a gente na verdade não tinha. A gente vivia num coletivo, mas ainda não tinha uma ideia de como era trabalhar no coletivo. Viver dentro do coletivo é uma coisa, e fazer ele funcionar é outra bem diferente (M. C., 2020).

Os Colegiados Territoriais, formados no âmbito da Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, eram grupos que aliavam entidades públicas e representantes da sociedade civil, especialmente organizações ligadas aos agricultores familiares, em atividades de planejamento, participação e negociações, as quais auxiliavam nas decisões de investimento público e contribuía muito para a democratização das decisões relacionadas às políticas públicas

(FAVARETO, 2010). Eram, portanto, um componente muito importante para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios, na época em que vigorava essa política pública.

M. C. menciona que as atividades promovidas no Território Noroeste Paulista pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) impactam sua rotina de atividades até hoje, como por exemplo: com a aplicação dos conhecimentos que obtiveram em um curso a respeito da confecção de balas (doces), o Grupo União requisitou um espaço para a Prefeitura de Indiaporã, no qual as mulheres ainda realizam a confecção de balas de coco e beliscão. Outros cursos de capacitação promovidos ou articulados pelo Colegiado do Território e que contaram com a participação do Grupo, foram: técnico em agricultura familiar; derivados de leite (Sebrae); dois cursos de agricultura orgânica; além do curso de balas de coco recheadas. Este relato mostra como estavam sendo importantes as políticas voltadas para o desenvolvimento territorial no Território Noroeste Paulista, as quais estavam transformando a atuação dos agricultores familiares da região e impulsionando-os a uma maior autonomia financeira por meio do incentivo à formação dos grupos, da discussão e troca de experiência entre agricultores e técnicos e da valorização da produção dos agricultores e agricultoras. No período citado pela entrevistada, o Codeter Noroeste Paulista contava com assessoria do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Unesp de Ilha Solteira e que atuou, especificamente na dinamização do Grupo de Mulheres União.

Ainda segundo a entrevistada, o Grupo surgiu não apenas com mulheres do Assentamento União, tendo caráter regional, abrangendo também o Assentamento Bom Jesus, mulheres agricultoras tradicionais e mesmo mulheres que residem na cidade. Com a formação do Grupo e o início de suas atividades, mais mulheres, que possuíam alguma necessidade de complementar sua renda, passaram a despertar interesse e ingressaram no mesmo, obtendo-se um perfil de mulheres com predominância de “chefes de família”, ou tinham filhos e precisavam complementar a renda, ou ainda por já estarem passando algum tipo de necessidade. Segundo Bruno *et al.* (2013) as mulheres enxergam nos grupos uma oportunidade de ganharem maior autonomia, de aprenderem a falar umas com as outras, além de ser uma forma de aprendizado a respeito de como lidar com o dinheiro, entre outros benefícios.

O grupo de mulheres nasceu com essa ideia lá dentro do Território, baseado nos cursos que teve, que foi direcionado para essas mulheres, e ele cresceu, tendo células dentro do Assentamento, e fora dele (M. C., 2020).

As dificuldades inicialmente enfrentadas pelo Grupo giravam em torno da falta de recursos para colocar em prática as ideias advindas do conhecimento que o mesmo detinha. Como solução passou-se a buscar parcerias de pessoas ou entidades que pudessem ajudar no estabelecimento do

Grupo. Na procura por novas integrantes, a entrevistada divide as reações em dois tipos: as mulheres que possuíam uma resistência inicial em integrar ao Grupo, por não acreditar em seu funcionamento e efetividade; e as mulheres que tinham muita vontade de participar. Segundo ela, graças ao ânimo e esforço das mulheres que se dispuseram a participar e realizar as atividades do Grupo, ocorreu a conquista das demais, que por fim passaram também a integrá-lo. M. C. declarou considerar normal o ser humano ser resistente ao ingresso em atividades que impliquem em investimento, como associações, por exemplo. Cita também a questão da desconfiança existente entre os agricultores, e que esse aspecto pode ter influenciado na formação do Grupo de Mulheres no início.

Segundo Souza (2001), a formação de grupos de mulheres tem uma importância grande para o movimento feminista, por proporcionarem reflexões a respeito das realidades e problemas enfrentados pelas mulheres, tornando-se um espaço de reunião e rompimento com o silêncio ao qual são submetidas.

Durante a entrevista, foram listadas algumas atividades realizadas pelo Grupo desde a sua formação até aquele momento. Dentre estas, a entrevistada destacou a realização de uma marcha das mulheres da cidade de Dolcinópolis até Jales, a qual durou dois dias, com reivindicação da melhoria de vida das mulheres no campo e redução dos impostos de suas terras; a realização de cursos ministrados no Grupo a respeito de agricultura orgânica (o que atraiu muitos interessados que hoje possuem, inclusive, certificação orgânica devido a sua participação), confecção de artesanato e processamento de alimentos; a participação do Grupo em eventos como o SAAO (Seminário de Agricultura Agroecológica e Orgânica), que aconteceu no município de Jales; a participação em feiras nacionais em Brasília e Guarulhos; a produção de linhas de temperos e pó de café; e, mais recentemente, o Grupo de Mulheres realizou um importante trabalho de distribuição de alimentos durante a pandemia, no município de Ouroeste e Votuporanga (Figura 1), mostrando o impacto positivo do trabalho das mulheres para a segurança alimentar dos municípios da região.

A gente observou que da mesma forma que se perdia uma quantidade de produtos nas prateleiras do mercado, faltava na casa das pessoas. Porque por várias razões, elas não estavam conseguindo comprar. Principalmente a parte mais fraca. Então, se sobra no mercado, com certeza isso vai refletir aqui na roça. Aqui onde a gente planta. Então nós decidimos pegar todo esse alimento e ir lá pra cidade distribuir gratuitamente (M. C., 2020).

**Figuras 1a e 1b:** Imagens do momento de montagem da banca e das pessoas se apropriando dos alimentos distribuídos pelo Grupo de Mulheres União, em Ouroeste-SP (23/09/2020)



**Fonte:** M. C., 2020. **Org.:** A autora, 2021.

**Figuras 2a 2b:** Alguns dos Alimentos Distribuídos pelo Grupo de Mulheres União, em Ouroeste, (23/09/2020)



**Fonte:** M.C., 2020. **Org.:** A autora, 2021.

Além disso o Grupo conseguiu reivindicar e trazer cursos para o Assentamento União, de acordo com o interesse dos participantes, como menciona M. C., ao citar um curso de agricultura orgânica recentemente ministrado no local, pelo Senar. A organização das mulheres em grupos e a participação das mesmas em espaços de discussão política, expondo suas ideias e conseguindo a oportunidade de manifestar-se publicamente, mostram-se fundamentais para a autonomia das mulheres e seu processo de empoderamento (MÉLO; MORAES; COSTA, 2014), assim como pode-se observar com a atuação do Grupo de Mulheres União.

Na época da entrevista (outubro de 2020) também estava ocorrendo, com participação de membros do Grupo, em um galpão do Assentamento, um curso de balaio (com fibra de

bambu) e um curso de certificação orgânica, tema este que M. C. disse ser de grande interesse para as integrantes, assim como a aquisição de melhor infraestrutura para as feiras (tendas, etc.).

Foram realizadas atividades também ligadas à saúde e à educação, como a reivindicação de cursos pelo Grupo a respeito de alimentação saudável, e a mobilização, em conjunto com demais participantes da cidade, a favor da abertura de supletivos para que as mulheres e demais interessados pudessem voltar a estudar. Segundo a entrevistada, com esta última conquista, muitas mulheres do Grupo puderam terminar seus estudos, nos níveis fundamental e médio.

Por conta das inúmeras atividades realizadas pelo Grupo, M. C. relata que as reuniões de encaminhamentos e decisões das atividades (e até mesmo das festas) costumavam acontecer pelo menos uma vez por mês. As reuniões reduziram-se muito com a quarentena, já que o Grupo possui integrantes com idade mais avançada e outras com alguns problemas de saúde. Dessa forma, o Grupo decidiu por não se reunir naquele momento, sendo realizadas reuniões apenas para as distribuições de alimentos realizadas, de forma que as integrantes com algum impedimento de participação presencial, mandaram por meio das demais os alimentos que possuíam em suas propriedades. Algumas atividades, como a confecção das balas, por exemplo, também servem como atividades de interação do grupo, que está sempre junto e unidos em suas atividades.

O Grupo não recebeu nenhum recurso de política governamental ou auxílio municipal para atuar, sendo mencionada apenas a concessão de vaga nas feiras do agricultor, nas terças a tarde na cidade de Guarani-D'Oeste; e nas quintas à tarde na cidade de Ouroeste, além da “feira tradicional de domingo” na cidade de Ouroeste. Em termos de políticas públicas, a entrevistada ressalta que o maior ganho do Grupo foram as “grandes capacitações que foram feitas”, como já havia mencionado.

Alguns entraves às atividades do Grupo durante a pandemia surgiram, como a descontinuidade de cursos. Ocorreram alguns adiamentos de cursos, e foi necessária a requisição da retomada desses cursos junto à prefeitura, sendo a mesma só concedida devido ao local de sua realização, que é a Sede do Assentamento União, local com amplo espaço e possibilidade da manutenção do distanciamento social entre os participantes.

Além disso, houve prejuízo devido ao não funcionamento da feira durante a pandemia. Algumas integrantes do Grupo que possuem CNPJ ainda conseguiram vender em quitandas e no mercado. Entretanto, não é uma realidade de todas as participantes, e para essas foi (e continuava) sendo ainda mais difícil, já que dependiam da feira e da venda na rua. A entrevistada afirmou que foi perdida parte da produção de doces e da produção agrícola. Os vetos do executivo federal no Projeto de Lei Assis Carvalho (PL 735/20), também tornou mais

difícil a situação para as agricultoras durante a pandemia, pois se viram impedidas de receber o auxílio que seria previsto pela proposta de lei para o ajudar os agricultores familiares durante este período.

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, através do IEA (Instituto de Economia Agrícola), coordenada por Henrique *et al.* (2020) a respeito dos impactos da pandemia para os agricultores com relação à comercialização, os principais problemas mencionados foram os poucos canais de comercialização de que os agricultores podiam se valer, sendo citada a ausência de vínculo com o consumidor; e a distância dos centros consumidores, aliada à falta de um veículo de transporte para os produtos. Estes fatores estariam culminando em dúvidas sobre a manutenção das áreas plantadas. Além destes problemas, foram constatadas como ameaças a interrupção de programas governamentais, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), por exemplo, além do financiamento público escasso. Estes dados corroboram com as dificuldades enfrentadas pelo Grupo de Mulheres União durante a pandemia de Covid-19, relatadas pela entrevistada.

Quando questionada a respeito do compartilhamento de conhecimentos entre as participantes do Grupo, M. C. comenta que sempre há troca de conhecimento e novidades a serem passadas entre elas, mesmo para as integrantes mais antigas. Além disso, há também troca de sementes florestais e crioulas entre as mulheres, sendo ainda interesse do Grupo, futuramente, montar um banco de sementes crioulas.

Então a gente ainda tá engatinhando nessa parte, mas sempre aparece algo interessante de ideia que possa ser trocada. E o mais importante é o respeito de conseguir trocar de lugar sem ter nenhum tipo de contravenção e de intriga (M. C., 2020).

Cinelli e Conte (2014) consideram importante ações como a troca e manutenção de banco de sementes crioulas, pois este tipo de interação entre as mulheres lhes permite uma reapropriação dos saberes por elas já esquecidos, além da apropriação de saberes implícitos na prática.

Também são trocados no Grupo conhecimentos a respeito de plantas medicinais e há o incentivo de umas em relação às outras, visando dar apoio às mais diversas questões, inclusive as mulheres foram incentivadas também a participarem na política partidária. M. C. cita que do Grupo saíram três candidatas a vereadora.

Elas perderam aquele medo, aquela retração, aquela coisa do ah, eu não consigo, eu não posso, e hoje, com uma cabeça diferente, elas estão indo aí para o enfrentamento político (M. C., 2020).

Foi também ressaltada a importância da existência de grupos dentro da agricultura familiar pela agricultora. Para ela, o fato de existir um grupo para provocar, discutir e lutar por um ideal, torna maiores as chances de se fazerem ouvir as necessidades e reivindicações dos agricultores. Todas as conquistas que o Grupo de Mulheres e o Assentamento conseguiram, para a entrevistada, só foram possíveis devido a união dos interessados, assim como a comercialização para outros locais: “A união fortalece”, finalizou.

Para a Líder, a maior conquista que o Grupo pôde trazer para suas participantes foi o conhecimento, além do fato de compreender o que a ação política coletiva pode agregar e que isso funciona.

A gente sempre fala que plantar... nós agricultores, nós somos mestres em plantar. Mas não basta saber plantar, cultivar. Porque a gente tinha entrave muito grande, que era escoar, vender. A gente tinha muitos problemas e acabava perdendo muito da nossa produção. Então hoje com conhecimento, com todas as palestras, com cursos, que fomos inseridos, então as coisas se tornam melhor. Por isso que eu acho que o conhecimento foi a base de tudo. (M. C., 2020)

Além do conhecimento, a agricultora cita algumas outras conquistas importantes do Grupo, como a construção de uma microindústria, que está sendo realizada em Ouroeste, e que permitirá o envio de produtos processados para locais mais distantes; a certificação orgânica, que vai agregar valor aos produtos vendidos; e o recurso que conquistaram recentemente para o Assentamento União, relacionado à utilização de maquinário.

O Grupo de Mulheres União está diretamente vinculado à Associação Grupo União, por fazerem parte dela e atuarem na mesma, e à Federação da Agricultura Familiar de São Paulo (FAF). Antes da conclusão da entrevista, quando questionada se gostaria de fazer algum acréscimo às informações passadas, M. C. salientou que no momento atual existe algo que ainda precisa ser mais discutido e trabalhado, que seria a violência contra a mulher. Ela afirmou que essa violência está no campo e na cidade e muitas mulheres não têm coragem de falar sobre sua situação, ou “mesmo medo de perder”, como ela mesma diz. Ressaltou que muitas mulheres precisam de um acompanhamento, de atendimento psicológico e de ajuda para se libertarem dessa situação.

Eu percebi que às vezes falava: Ah, é culpa da mulher. É ela que não sai. Realmente muitas vezes é ela que não sai, mas às vezes ela tem “N” motivos pra não sair. Às vezes ela tem medo, às vezes ela tem um filho e às vezes ela é vítima de um sentimento que ela não conhece, não sabe lidar com ele. Então eu acho que quando eu falo das mulheres serem assistidas, elas têm que ser capacitadas pra este enfrentamento. Pra decidir: “Eu não quero mais”. E infelizmente o nosso Grupo de Mulheres hoje não consegue ajudar. O máximo que a gente consegue fazer é apartar a briga. Eu acho que as mulheres tinham que ser preparadas mesmo. Porque eu conheço mulheres

que passam por isso. Eu ainda conheço mulheres que passam por isso. Que são impedidas de dormir dentro de casa, mesmo que trabalhou o dia todo. Que são impedidas de tomar um banho e que são impedidas até de se alimentar. (M. C., 2020)

M. C. relata que mesmo estando envolvida em vários movimentos, teve que estudar e ler muito durante anos para conseguir compreender melhor esse assunto, e pra definir que para a vida dela, esse tipo de situação não serve. Mas que dentro desse contexto, já teve que ouvir histórias muito difíceis.

Em função do distanciamento entre as residências no meio rural, que muitas vezes configuram quilômetros, a mulher do campo pode encontrar-se mais vulnerável a esse tipo de violência. Entretanto, não é um fenômeno, cabe destacar, exclusivo das mulheres rurais, afetando todas as mulheres, já que o Brasil é o quinto país com maior taxa de homicídios de mulheres motivados por gênero. Com dados tão altos, observa-se que a violência doméstica no país apresenta ainda certa aceitação sociocultural, o que explica a tolerância desse ato que se mostra ainda tão banal em nossa sociedade (LIRA, 2019).

Em pesquisa, realizada pela Organização Mundial da Saúde, estima-se que 30% das mulheres do mundo já tenham sofrido algum tipo de violência física e/ou sexual. Além disso, 27% das mulheres entre 15 e 49 anos que já estiveram em um relacionamento, relatam já terem sofrido violência física e/ou sexual de seu parceiro íntimo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). No Brasil, em pesquisa realizada por Garcia e Da Silva (2018), constatou-se que 98,5% das mulheres entrevistadas já foram espancadas pelo menos uma vez em suas vidas, 97,6% delas tinham sofrido a violência por um agressor do sexo masculino.

## 4.2 A VISÃO DAS DEMAIS MULHERES QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE MULHERES UNIÃO

### 4.2.1 O discurso do não reconhecimento do Grupo de Mulheres União e as atividades realizadas

Como já relatado na descrição da metodologia deste trabalho, após a entrevista com a então líder do grupo M.C., encaminhou-se para a etapa seguinte da pesquisa, na qual foram entrevistadas de três mulheres, indicadas pela Líder, as quais deveriam indicar outras integrantes para continuidade da pesquisa e assim sucessivamente até abranger a maioria das mulheres do Grupo União.

Entretanto, na medida que as mulheres entrevistadas alegavam não ter conhecimento das atuações do Grupo, não serem membros, e nem mesmo conhecerem a líder M. C. ou, no caso de algumas delas que muito vagamente comentaram “que achavam que sabiam quem era M. C.”, mas que se tratava de uma pessoa que nem morava mais no Assentamento; foi necessário readaptar e acrescentar novas questões à pesquisa, visando compreender-se o que houve com o Grupo de Mulheres União, desde sua formação até os dias atuais e quais os motivos que, aparentemente, conduziram ao seu fim e a um sentimento de não pertencimento das mulheres do Assentamento a este grupo em específico.

No dicionário, a palavra “pertencer” traz como definição “fazer parte de; ser parte do domínio de” (OXFORD, 2018). O sentimento dessas mulheres de não quererem estar conectadas à ideia do Grupo, pode indicar uma ruptura drástica de sua condução, tendo em vista que o Grupo de Mulheres União existiu e foi muito atuante nas atividades do Assentamento União, como ficou claro nos relatos e registros de membros do então Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e do Noroeste Paulista (NEDET), da Unesp de Ilha Solteira.

Na Figura 3, que faz parte dos arquivos do NEDET da Unesp Ilha Solteira consta o logotipo criado para representar o Grupo de Mulheres União e na Figura 4 observa-se uma cena da reunião de formação do Comitê de Mulheres do Território Noroeste Paulista, constituído, em sua maioria, pelas integrantes do Grupo de Mulheres União.

**Figura 3:** Logo do Comitê de Mulheres Território Noroeste Paulista



Fonte: Arquivos NEDET, 2015.

**Figura 4:** Formação do Comitê de Mulheres do Território Noroeste Paulista, com participação da Coordenadora do NEDET Território Noroeste Paulista, Aline de Oliveira Matoso (à frente)



Fonte: arquivos NEDET, 2015.

Sant'Ana (2017) menciona que o Comitê de Mulheres foi criado com auxílio de uma bolsista do NEDET responsável por realizar a Assessoria de Gênero, sendo realizado em seu primeiro encontro levantamento de demandas, objetivos, dificuldades e formas da participação das mulheres no Território Noroeste Paulista. A partir desse primeiro encontro, foram sendo realizadas várias atividades, como cursos, palestras e visitas com temas de formação geral e de interesse das mulheres (pães, balas geladas de coco, políticas públicas dirigidas às mulheres; importância do trabalho em equipe; violência contra mulher; sementes crioulas; controle alternativo de pragas e doenças, Agroecologia, ervas medicinais, visita técnica à fazenda de produção orgânica em Serra Negra-SP, dentre outras atividades), organização e participação do Grupo de Mulheres em eventos (Feira do Dia Internacional da Mulher em Ouroeste/SP; participação em encontros, plenárias e conferências de mulheres e conferência de ATER, II Seminário de Agricultura Orgânica do Território Noroeste Paulista); reuniões para a criação do logotipo do Grupo de Mulheres União). O autor acrescenta todas as palestras e demais atividades tinham como característica a discussão dos temas com intensa participação das mulheres.

#### **4.2.2 Fim dos Programas de Desenvolvimento Territorial e seus reflexos na atuação do Grupo de Mulheres União**

A partir do dia 18 de julho de 2005, por intermédio da Portaria nº5, emitida pela SDT (Secretaria de Desenvolvimento Rural), do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, começou a operar de forma mais regulamentada o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), o qual buscava estimular o desenvolvimento de forma a considerar as múltiplas dimensões envolvidas na definição de território, havendo contribuições em diferentes áreas, como sociocultural, político-institucional, ambiental e econômica. (DELGADO, LEITE, 2011).

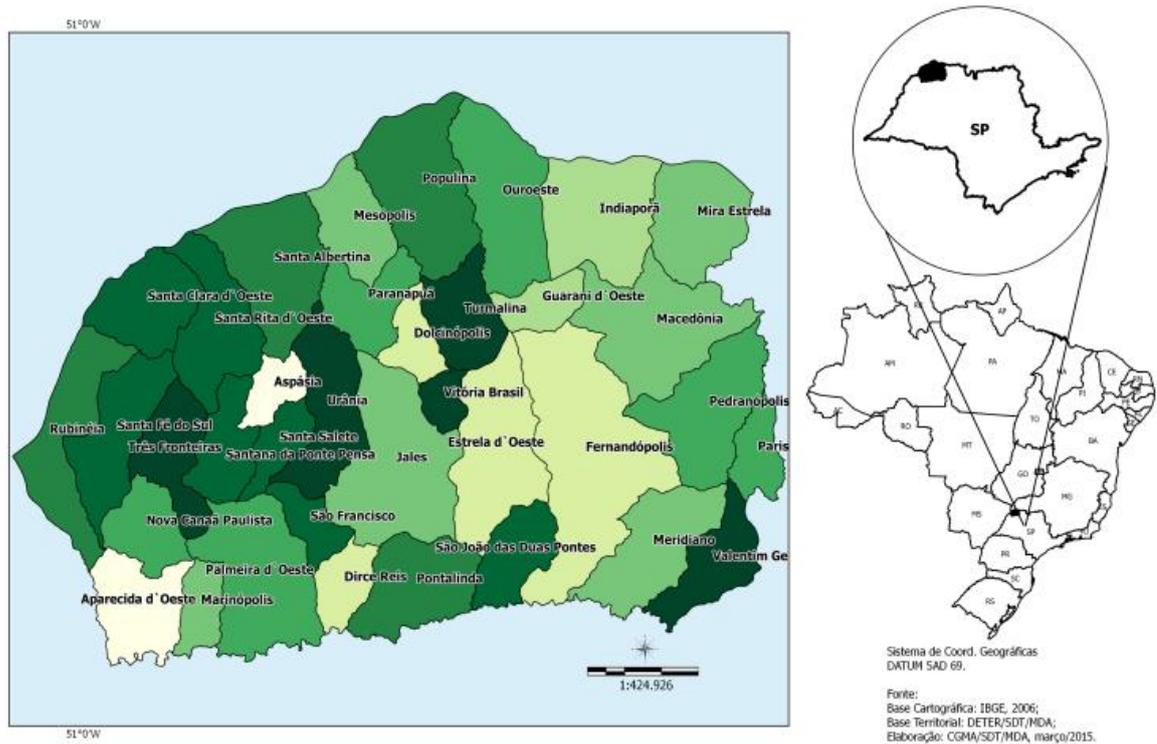
O Programa Territórios da Cidadania foi um programa fundamentado na redução das desigualdades sociais, proposta pela Agenda Social do governo federal. Este programa baseava-se em um tripé de gestão do desenvolvimento territorial, apoiado em Comitê Gestor Nacional, Comitês de Articulação Estadual e os Colegiados Estaduais. Os comitês gestores nacionais era formado por representantes dos ministérios e coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este comitê aprovava as diretrizes, adotava ações do programa, avaliava-as e definia territórios novos. Os Comitês de Articulação Estadual visavam apoiar a organização e mobilização dos colegiados, fomentar a implementação de políticas públicas nos Territórios, acompanhar o programa, auxiliar na divulgação e apresentar sugestões de novos territórios e ações. Os colegiados, por sua vez, eram compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil de cada território de forma paritária. Atribuía-se aos colegiados as funções de: exercer o controle social do programa, divulgar as ações do programa, identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento (de acordo com critérios, sistemas de gestão pré-estabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes), realizar a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, auxiliar com sugestões para qualificação e integração de ações e sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas (DELGADO, LEITE, 2011).

O trabalho destes programas era de se realizar uma descentralização de políticas públicas, promovendo um desenvolvimento rural sustentável que tivesse como atores principais os agricultores. A estratégia era tornar os agricultores autônomos e protagonistas do desenvolvimento rural sustentável. No estado de SP, estavam distribuídos 5 territórios. Dentre os cinco, três foram considerados três Territórios de Cidadania e dois territórios de identidade (dentre estes o Território Noroeste Paulista). O perfil de território rural é atribuído ao Noroeste Paulista devido a abrigar em sua maioria municípios de pequena extensão, com uma economia

que tem principalmente como base a agropecuária e os ciclos produtivos ligados ao campo (OLIVEIRA, ARANA, SANT'ANA, 2017).

O Território Noroeste Paulista, criado em 2007, como era chamado o Território de Identidade Rural no qual inseria-se Guarani D'Oeste e Indiaporã, compreendia mais 34 municípios (totalizando 36) que constam na Figura 5 (FAVARETO, 2010).

**Figura 5.** Território Noroeste Paulista com a divisão territorial dos municípios que o compõe.



Fonte: Brasil, 2010.

Para a gestão das atividades contidas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Noroeste Paulista (PTDRS), foi montado um grupo composto por representantes de 32 diferentes organizações, divididas igualmente entre poder público e sociedade civil, os quais seriam os responsáveis por cumprir e realizar um cronograma de atividades no Território (OLIVEIRA; ARANA; SANT'ANA, 2017). Este grupo, denominado Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Noroeste Paulista (CODETER - NP), foi assessorado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e do Noroeste Paulista, o qual era composto por professores e alunos da Unesp-FEIS, Câmpus de Ilha Solteira. O NEDET, como mencionado pela M.C, atuava diretamente na organização do Comitê de Mulheres, que era integrado majoritariamente pelo Grupo de Mulheres União, promovendo atividades e buscando firmar uma autonomia e unidade entre as integrantes, por meio da realização

de oficinas, seminários e eventos que possibilitavam estimular reflexões ou que estavam ligados a questões práticas de interesse das mulheres participantes (SANT'ANA, 2017).

As reuniões do Comitê de Mulheres (composto majoritariamente pelas integrantes do Grupo de Mulheres União) estenderam-se até o ano de 2017 (SANT'ANA, 2017).

A paralisação da atuação destes agentes no território Noroeste Paulista que ocorreu com a extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 2016, no governo Temer e a posterior desarticulação de outras políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, se completou com a ascensão política do atual governo Bolsonaro, o que gerou grande impacto negativo na região, sendo fator determinante para a desarticulação do Grupo de Mulheres.

### **4.2.3 Conflitos internos no Assentamento União**

Outra questão possivelmente envolvida na paralisação das atividades do Grupo União pode estar relacionada aos desentendimentos envolvendo as lideranças principais do Assentamento União. M.C., era uma das líderes, casada na época com outra liderança (M.) Juntos auxiliavam na orientação e organização das famílias assentadas. Entretanto, após a separação conjugal (não se teve informação se foi consensual ou litigiosa), por meio conversas informais foi possível apurar que surgiu uma terceira liderança que será identificado como T. B. As informações obtidas indicam que as três lideranças não se entendiam com relação a ações a serem tomadas, e esse fato foi criando algumas cisões mais profundas entre os grupos existentes dentro do Assentamento. No presente momento, foi alegada uma ausência da representação de M.C. pelas mulheres. Esta alegação pode ser tanto devido ao conflito, o qual tomou proporções tão grandes que culminou na dissolução até mesmo da Associação existente no assentamento, assim como pode decorrer do afastamento de M.C. das atividades do campo.

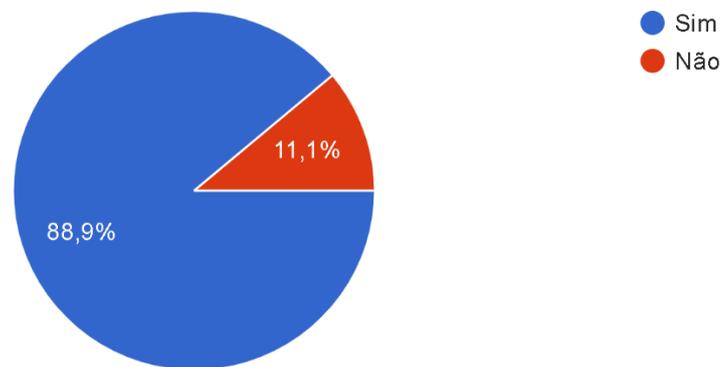
Uma das mulheres entrevistadas que não reconheceu a líder do Grupo afirmou “se o for a M. C. que eu estou pensando, ela nem mora nesse Assentamento. Só a família dela mora aqui e ela mora na cidade. Nem faz parte.”. Por meio dessa fala podemos presumir que há algum ressentimento por episódio anterior à pesquisa, já que os contatos realizados foram de mulheres indicadas pela própria M. C., dentre as quais algumas alegam que não a conhecem.

### **4.2.4 Consequências da Pandemia**

Mesmo em meio a conflitos já consolidados no Assentamento, não podem ser ignorados os efeitos que a pandemia causou na rotina das mulheres e, por conseguinte, nas ações relacionadas à

manutenção do Grupo. Dentre as entrevistadas durante o trabalho, 88,9% alegaram que houve mudança principalmente na destinação de seus produtos com a chegada da pandemia de Covid-19. Foram citadas várias mudanças, com destaque para a paralisação das feiras, mas também foram mencionadas a maior oscilação dos preços dos produtos; o medo de sair de casa para vender os produtos e a falta de assistência para o escoamento da produção (diante da paralisação das feiras). Muitos destes problemas elencados, culminaram, como as próprias agricultoras relataram, na necessidade de se buscar um emprego na cidade, visto que ficou mais difícil a manutenção das atividades do campo para o sustento da família.

**Figura 6.** Concordância (ou não) das agricultoras pesquisadas a respeito da ocorrência de mudanças sofridas pela família durante a pandemia.



Fonte: Os Autores, 2022.

Em relação à orientação técnica, uma das entrevistadas declarou:

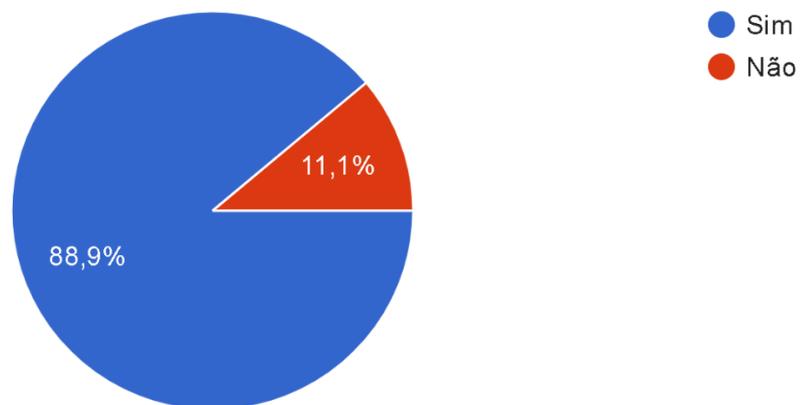
Não tem uma assistência conforme precisa. Teve o fim da feira. Perdemos muita produção. Teve seca. Acabamos reduzindo o que era produzido. Mexeu com o nosso psicológico. Deixou as pessoas tristes e abaladas. Muita gente passou falta das coisas. (R.C., 2021).

Por meio de conversas informais com integrantes do Assentamento, se soube mais tarde que a própria M.C. antes líder do Grupo de Mulheres, agora estaria trabalhando também na cidade e abandonara suas atividades no campo, mantendo com Assentamento apenas o vínculo familiar, já que possui família no assentamento.

#### 4.3 LEGADO DO GRUPO DE MULHERES

Apesar de o grupo não estar mais ativo atualmente e não poder ser constatada sua atual existência, puderam ser observados resquícios da atuação do grupo e das atividades do NEDET no Assentamento. As mulheres entrevistadas demonstraram grande interesse com relação à produção orgânica em seus estabelecimentos, sendo que 88,9% responderam que desenvolvem ao menos um tipo de cultivo de forma orgânica na propriedade, o que corrobora com o relato de M.C. a respeito dos inúmeros cursos oferecidos na época a respeito dessa concepção de agricultura e forma de manejo.

**Figura 7.** Distribuição percentual das mulheres pesquisadas quanto à presença de alguma Cultura manejada de forma orgânica na propriedade



Fonte: Os Autores, 2022.

Em alguns depoimentos a respeito sobre o que consistia a agricultura orgânica, obteve-se respostas:

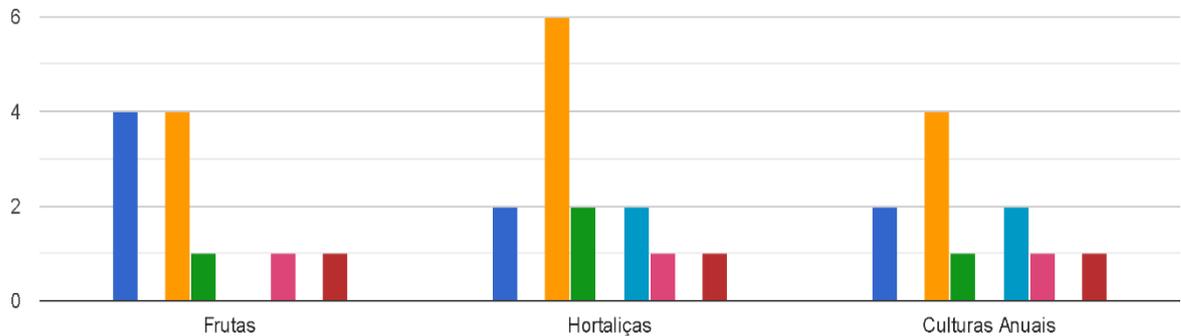
Pra mim ela é saúde. Você consome o orgânico, você tem economia e saúde. Economiza com farmácia e insumos. Reflete geral na sua vida. Meio sustentável pras pessoas. (J. A., 2021).

É sem veneno nenhum. Saúde. Quando tem veneno, às vezes a gente não vê na hora, mas com o tempo... É tão bom conseguir controlar as coisas sem veneno pra não matar as outras coisas também. (M. P., 2021).

Estes depoimentos demonstram que as agricultoras já são conscientes dos riscos do uso de agrotóxicos em suas propriedades. Além da preocupação com a utilização de agrotóxicos, é demonstrada a diversificação nas formas de controle dentro da propriedade e o frequente emprego de caldas orgânicas para controle de doenças, especialmente em hortaliças (Figura 8). O

aprendizado dessas técnicas alternativas é, na maioria dos casos, legado dos diversos cursos, palestras e da atuação do NEDET com o Grupo de Mulheres União.

**Figura 8.** Distribuição, em termos de frequência, dos tipos de controles de doenças utilizados pelas mulheres nas culturas da propriedade



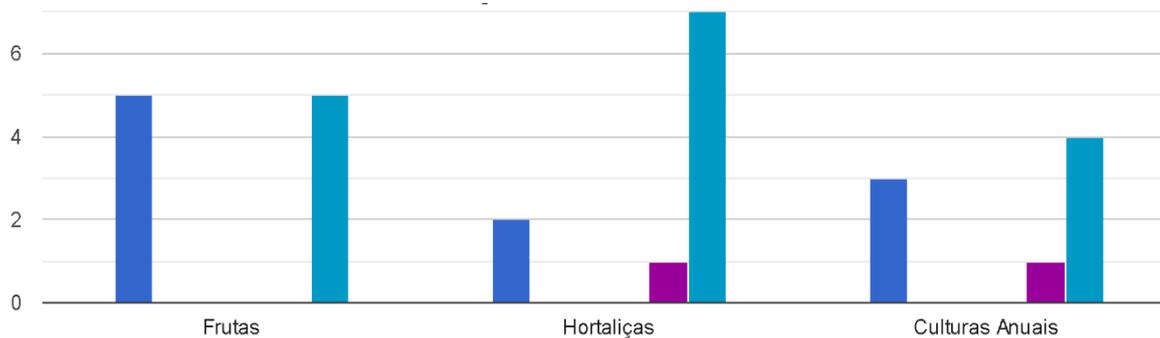
#### Legenda



Fonte: Os Autores, 2022.

O mesmo pôde ser observado com relação ao controle de pragas, em que as entrevistadas mencionaram outras formas de controle, destacando-se novamente a utilização de caldas orgânicas. Algumas receitas, inclusive, foram especificadas, como por exemplo as caldas de neem, de mamona, de fumo, de casca de cebola e alho, detergente com pimenta, entre outras.

**Figura 9.** Distribuição, em termos de frequência, dos tipos de controles de pragas utilizados nas culturas da propriedade, pelas mulheres pesquisadas do Grupo de Mulheres União.



### Legenda



Fonte: Os Autores, 2022.

Além dos controles alternativos apresentados, todas as mulheres entrevistadas citaram que cultivam de plantas medicinais na propriedade, a maioria delas possui também PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) e algumas até mesmo conservam nas propriedades sementes crioulas. O trabalho desenvolvido com essas culturas é de inteira responsabilidade das mulheres da família.

Pode-se observar também outros reflexos de como o Grupo encorajou a participação feminina nas atividades do Assentamento. As mulheres têm sido muito ativas nas reuniões do Assentamento e da Associação, (enquanto a mesma estava em funcionamento). Segundo 55,6% das entrevistadas a participação feminina em reuniões era maior que a presença dos homens, enquanto o restante considerou que a participação das mulheres era semelhante a dos homens.

Durante o trabalho de campo, notou-se que é predominante a participação das mulheres nos diversos cursos que atualmente são oferecidos pelo Senar no Assentamento, o que pode ser um legado do constante incentivo vivido na época de atividades do Grupo.

Apesar da não atuação do Grupo União atualmente, há várias evidências das consequências positivas de sua atuação para o Assentamento e para a vida das mulheres e suas famílias, já que houve influência até mesmo nos processos produtivos dentro dos lotes. Esta observação nos conduz à reflexão a respeito da importância da atuação de políticas públicas dirigidas para as particularidades da agricultura familiar e para um desenvolvimento rural sustentável, pois os resultados dessas políticas, em termos de autonomia e bem-estar das famílias, podem se estender muito além dos objetivos mais imediatos de geração de renda, assim como também sua descontinuidade pode afetar o avanço de tal desenvolvimento.

#### 4.4 ENTREVISTAS COM AGENTES EXTERNOS

A partir de entrevistas realizadas com extensionistas que puderam atuar com o grupo de mulheres União, foi possível obter algumas respostas e levantar hipóteses a respeito do grupo e da pesquisa. Em primeiro momento, foi entrevistado o coordenador do Codeter Noroeste Paulista, Nilton Aparecido Marques de Oliveira. A partir dessa entrevista, foi possível identificar o quanto o Grupo de Mulheres União e o Comitê de Mulheres passaram a configurar uma mistura de identidades, já que o grupo passou a ser muito dependente das atividades do Comitê. Apesar das ações do Nedet terem obtido sucesso durante seu período ativo, adquirindo muitas conquistas e aquisições para o Grupo de Mulheres, como o galpão e os equipamentos para o processamento de produtos, a não continuidade desta e de outras políticas públicas atuantes na época pode ter sido fundamental para a também não continuidade do grupo, já que não houve tempo suficiente para que o Grupo se desvinculasse das atividades do Comitê e passasse a “caminhar sozinho”. Foi apontada também durante a entrevista um possível desentendimento entre as lideranças dentro do assentamento, o que pode ter impactado o Grupo.

Após entrevista com o coordenador do Codeter, foi realizada uma conversa informal com uma das integrantes do Nedet, a qual atuava diretamente no Comitê de Mulheres, e, portanto, com o Grupo de Mulheres União, Vilaine Cristina Sangali Lima. A partir da conversa e de documentos fornecidos pela agente, foi possível constatar que devido a problemas de comunicação tendo em vista a realização da pesquisa durante a pandemia, a não possibilidade de visita às integrantes do Grupo durante o período, a direcionamentos realizados pela líder e agentes atuantes no Assentamento, os quais conduziram os alvos das entrevistas, não há compatibilidade entre as listas das mulheres que frequentavam o Comitê de Mulheres e as mulheres entrevistadas, o que leva a crer que as mulheres entrevistadas durante essa pesquisa não eram integrantes do Grupo de Mulheres União, o que culminou na possível não identificação das atividades do Grupo, sendo dessa forma impossível sem outra pesquisa identificar se o Grupo de Mulheres União permanece ativo ou se cessou suas atividades com o final das políticas públicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O depoimento da líder do Grupo de Mulheres União evidencia a importância da atuação dessa organização protagonizada pelas mulheres, assim como aponta alguns limites que ainda precisam ser superados, como por exemplo a questão da violência doméstica, que, segundo ela ainda não pôde ser totalmente solucionada.

Formado no bojo das lutas pela constituição do Assentamento União, situado nos municípios de Indiaporã e Guarani D'Oeste, visando encontrar formas de complementar a renda das famílias das mulheres que o integravam, o Grupo de Mulheres União realizou diversas atividades de formação pessoal e profissional, seja no sentido de aprimorar a compreensão das integrantes como um ator coletivo, seja na qualificação, geração e à agregação de valor a produtos da produção agropecuária, como os cursos de agricultura orgânica (alinhados, portanto, com a perspectiva da ampliação da agrobiodiversidade), de processamento de doces e de confecção de balas recheadas. Nesse processo constatou-se o papel relevante das políticas públicas, representadas pelo apoio e incentivo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) do Território Noroeste Paulista e da equipe do Nedet, da Unesp Ilha Solteira, que assessorava o Codeter.

Outro aspecto observado foi engajamento em manifestações por direitos e melhores condições de trabalho e vida, com a participação em atos organizados pelo Grupo, o que revela a importância dos grupos de mulheres para a formação política das mesmas e seu empoderamento frente a situações adversas, como no caso em análise foi a participação na marcha pela melhoria de vida das mulheres no campo e redução dos impostos de suas terras; as reivindicações pelo acesso à educação, o que possibilitou que algumas mulheres concluíssem seus estudos; e a participação de três mulheres do Grupo nas eleições municipais, como candidatas à vereadoras, no município de Indiaporã.

Durante a pandemia, foram relatadas algumas dificuldades adicionais que resultaram, entre outros aspectos, na diminuição da renda das mulheres, como a não concessão de auxílio emergencial à agricultura familiar; a paralisação do funcionamento da feira livre; atrasos ou suspensão de alguns cursos do Senar; e a diminuição da frequência das reuniões do Grupo.

O Grupo de Mulheres foi de suma importância para que até hoje sejam desenvolvidas uma produção mais diversificada e formas alternativas de manejo das culturas no Assentamento, havendo corroboração de práticas que indicam a atuação em favor de um desenvolvimento rural sustentável que poderiam ser potencializadas caso ainda hoje perdurassem as políticas territoriais. Permaneceu, apesar da interrupção das atividades do Grupo União, o pode-se identificar como um certo desenvolvimento autônomo dessas mulheres com relação à forma de produzir, e uma

participação ativa nas atividades do Assentamento. Todos esses aspectos podem ser avaliados como legado da existência do Grupo de Mulheres União, que apesar de não estar ativo hoje e não contar com reconhecimento de parte das mulheres, por inúmeros motivos, ainda deixou frutos da época de sua atuação, como a persistência de processos de produção mais sustentáveis, observados na utilização frequente de técnicas da agricultura orgânica.

Através de posteriores entrevistas com agentes externos os quais atuavam com o Comitê de Mulheres e Codeter, foi possível identificar que devido a problemas durante a realização da pesquisa, não foi possível através da mesma identificar as atuais atividades do Grupo de Mulheres União e se o mesmo está ativo ou não nos dias atuais, sendo necessária posterior pesquisa para efetivamente constatar como esta o grupo atualmente.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo incentivo à pesquisa e ciência, através da concessão de bolsas, assim como a vinculada a esta pesquisa, e que possibilitou a realização dela.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. de C. F.; AVENTURIER, P.; ABREU, L. S.; BERNARDO, P. As relações mulher-terra na revista *Agriculturas*: análise temática e léxica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7. 2011. Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: ABA Agroecologia, 2011. v. 6, p. 1-6. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/55964/1/2011AA87.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ALMEIDA, Paula. Revalorizando a agrobiodiversidade. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-5, nov. 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Revalorizando-a-agrobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- ALTIERI, Miguel Angel. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Invertebrate Biodiversity As Bioindicators Of Sustainable Landscapes**, [s. l.], p. 19-31, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/b978-0-444-50019-9.50005-4>.
- ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.
- BAYLINA, Mireia; VILLARINO, Montserrat; RAMON, Maria Dolors Garcia; MOSTEIRO, Maria Josefa; PORTO, Ana Maria; SALAMAÑA, Isabel. GÉNERO E INNOVACIÓN EN LOS NUEVOS PROCESOS DE RE-RURALIZACIÓN EN ESPAÑA. **Finisterra**, [s. l.], v. 54, n. 110, p. 75-91, 10 maio 2019. Finisterra. <http://dx.doi.org/10.18055/FINIS16053>. Disponível em: [https://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0430-50272019000100005&lng=pt&nrm=iso?script=sci\\_arttext&pid=S0430-50272019000100005&lng=pt&nrm=iso](https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272019000100005&lng=pt&nrm=iso?script=sci_arttext&pid=S0430-50272019000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jul. 2022.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. 279 p.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BEVILAQUA, Gilberto Antônio Peripolli; ANTUNES, Irajá Ferreira; BARBIERI, Rosa Lia; SCHWENGBERG, José Ernani; SILVA, Sergio Delmar Anjos e.; LEITE, Daniela Lopes; CARDOSO, Joel Henrique. Agricultores Guardiões de Sementes e Ampliação da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p.99-118, jan. 2014.
- BIASE, Laura De. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. Dissertação. Mestrado (Ecologia de Agroecossistemas). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. DOI:10.11606/D.91.2010.tde-21062010-080227. Acesso em: 2021-04-28.
- BOEF, Walter Simon de; OGLIARI, Juliana Bernardi; STAPHIT, Bhuwon Ratna **Biodiversidade e agricultores fortalecendo o manejo comunitário**. Florianópolis: L&pm Editores, 2007. 328 p.
- BORZONE, Clariana Vilela. **Mulheres camponesas no território rural do Bolsão/MS: Protagonismo, Resistências e Contradições**. 2018. Dissertação. Mestrado (Curso de Geografia). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

BRASIL Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. **Pronaf Mulher**. Disponível em:  
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>.  
 Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território Noroeste Paulista (SP)** (versão preliminar) São Paulo: [s. n.], 2010.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, pág. 171-174, abril de 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>.

BRUNO, Regina; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BORDALO, Caroline de Araujo; AQUINO, Silva Lima de; JALIL, Laetícia. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa, 2013.

CAMPOS, Christiane S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: Emater/PA, 2004. 24 p.

CARNEIRO, Janderlin Patrick Rodrigues. **Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Sustentabilidade de Agricultores Familiares no Município de Rio Preto da Eva - AM**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7477/2/Disserta%20a7%20a3o\\_JanderlinCarneiro\\_PPGCASA.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7477/2/Disserta%20a7%20a3o_JanderlinCarneiro_PPGCASA.pdf). Acesso em: 18 ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Acesso em: 5 de novembro 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

CARVAJAL-ESCOBAR, Yeisid; QUINTERO-ANGEL, Mauricio; GARCÍA-VARGAS, Manuel. Women's role in adapting to climate change and variability. **Advances In Geosciences**, [s. l.], v. 14, p.277-280, 10 abr. 2008.

CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas. *In*: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANPED SUL, 2014.

CONSTANZA, Robert; D'ARGE, Ralf; GROOT, Rudolf De; FARBER, Stephen; GRASSO, Monica; HANNON, Bruce; LIMBURG, Karin; NAEEM, Shahid; O'NEILL, Robert Vincent.; PARUELO, José; RASKIN, Robert G.; SUTTON, Paul; BELT, Marjan Van Den. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, [s. l.], v. 387, n. 6230, p. 253-260, 1997.

DEERE, Carmen Diana. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 360-390, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200007>. Acesso em: 22 jun. 2022

DORCE, L. C. FIGUEIREDO, J. P. F.; LOBTCHENKO, J. C. P.; FERNANDES, A. C. Q.; SANGALLI, A.; PEREIRA, Z. V. O papel da mulher no resgate e multiplicação e Sementes Crioulas no Sul do Mato Grosso do Sul. *In*: CONGRESSO LATINO- AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2017, Brasília. **Anais...** [...] Brasília, DF: [s. l.], 2018.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma Análise do Machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FAVARETO, Arilson; OLIVEIRA, Fábio Pimentel de; NETO, Leonardo Guimarães; GALINDO, Osmil; ECHEVERRI, Rafael; ARAUJO, Tania Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FAVARETO, Ariane. **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Território Noroeste Paulista (SP)**. São Paulo: Brasil, 2010. 29 p. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio151.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio151.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: Feminismo e Agroecologia no Semiárido Brasileiro. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 17, n. 1, p.244-262, jul. 2016.

FURNO, Juliane da C. **O trabalho das mulheres: entre a produção e a reprodução social**. 2015. Publicado no Acervo do Centro de Estudos Marxistas (CEMARXS). Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf). Acesso em: 17 maio 2021.

GARCIA, L. P.; DA SILVA, G. D. M. Violência por parceiro íntimo: Perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 34, n. 4, 2018.

GEORGIN, Jordana; WIZNIEWSKY, José Geraldo; OLIVEIRA, Gislayne Alves; ROSA, Ana Lúcia Denardin da. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 3, p.1-9, set-dez. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Julia T.; FRANÇA, Ana Carolina F.; CALBINO, Daniel. Mulheres nas mudas, homens no braçal: a divisão sexual de papéis nas ciências agrárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão. **Anais [...]** São Cristóvão: Associação Brasileira de Agroecologia, 2020. p. 1-5. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3235>. Acesso em: 19 jul. 2022.

HARLAN, Jack Rodney. Origins and processes of domestication. In: CHAPMAN, Geoffrey Peter. **Grass Evolution and Domestication**. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 159-175.

HENRIQUE, Celina Maria; VIEGAS, Isabel Fernandes Pinto; PINOTTI, Raquel Nakazato; VEGA, Silvia Moreira Rojo; RAMOS, Soraia de Fátima. Impactos da Covid-19 na Comercialização de FLV, segundo a Percepção de Agricultores Paulistas. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 15, n. 8, ago. 2020. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14828>. Acesso em: 12 fev. 2021.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do pronaf-mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 95-120.

INDIAPORÃ (Município) **Dados do Município. 2020**. Disponível em: <https://www.indiapora.sp.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=220>. Acesso em: 16 set. 2020.

INDIAPORÃ (Município). Decreto nº 1.048, de 15 de janeiro de 2014. **Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Indiaporã, p. 1-188, 2014. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/cpla/2017/05/indiapora.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IZIDORO, Laís Túbero; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; CARDOZO, Daiane Roncato; LORENZO, Helena Carvalho De. Assentadas no circuito do Pronaf mulher: expressões da autonomia feminina? **Retratos de Assentamentos Rurais**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 266-286, 27 set. 2018. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/323/0>. Acesso em: 02 set. 2020.

JOST, Christine; KYAZZE, Florença; NAAB, Jesse; NEELORMI, Sharmind; KINYANGI, James; ZOUGMORE, Robert; AGGARWAL, Pramod; BHATTA, Gopal; CHAUDHURY, Moushumi; TAPIO-BISTROM, Marja-Liisa; NELSON, Sibyl; KRISTJANSON, Patti. Understanding gender dimensions of agriculture and climate change in smallholder farming communities. **Climate And Development**, [s. l.], v. 8, n. 2, p.133-144, 3 jul. 2015.

LEAL, Caroline Maria. Divisão Sexual e Social do Trabalho: reprodução das desigualdades de gênero? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011. p. 1-9.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. Relações de gênero, poder e violência contra as mulheres: um estudo sobre o Sertão brasileiro. **La ventana**, Guadalajara, v. 6, n. 50, p. 331-362, dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-94362019000200331&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000200331&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 22 fev. 2021.

LONDRES, Flavia. **As Sementes da Paixão e as Políticas de Distribuição de Sementes na Paraíba**. 1ª ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2014/05/as-sementes-da-paixao-e-as-politicas-de-distribuicao-das-sementes-na-paraiba.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

LOUETTE, Dominique. Traditional Management of Seed and Genetic Diversity: what is a landrace? In: BRUSH, Stephen B. (ed.). **Genes in the Field: on-farm conservation of crop diversity**. Ottawa: Lewis Publishers, 2000. p. 109-143.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A Agrobiodiversidade com Enfoque Agroecológico: Implicações Conceituais e Jurídicas**. 1ª Ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MALAPIT, Hazel Jean L.; KADIYALA, Suneetha; QUISUMBING, Agnes R.; CUNNINGHAM, Kenda; TYAGI, Parul. Women's Empowerment Mitigates the Negative Effects of Low Production Diversity on Maternal and Child Nutrition in Nepal. **The Journal of Development Studies**, [s. l.], v. 51, n. 8, p.1097-1123, 3 ago. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00220388.2015.1018904>.

MALAPIT, Hazel Jean L.; QUISUMBING, Agnes R. What dimensions of women's empowerment in agriculture matter for nutrition in Ghana? **Food Policy**, [s. l.], v. 52, p.54-63, abr. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.02.003>.

MEINZEN-DICK, Ruth; BEHRMAN, Julia A.; PANDOLFELLI, Lauren; PETERMAN, Amber; QUISUMBING, Agnes R. Gender and Social Capital for Agricultural Development. **Gender In Agriculture**, [s. l.], p. 235-266, 2014. Springer Netherlands. [http://dx.doi.org/10.1007/978-94-017-8616-4\\_10](http://dx.doi.org/10.1007/978-94-017-8616-4_10).

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pág. 135-158, abril de 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 ago 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>.

- MÉLO, Anastácia Brandão; MORAES, Lorena Lima de; COSTA, Michelly Aragão Guimarães. Grupo de Mulheres Rurais “Reciclarte”: a fuga do cotidiano. *In: REDOR*, 18. 2014. Recife. **Anais [...]** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 3812 - 3821.
- MELO, H.; SABATTO, A. Mulheres Rurais - Invisíveis e Mal Remuneradas. *In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres***. Brasília: NEADR, 2005.
- MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 39-52, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176/172>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- MOONEY, Pat Roy. **O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos**. São Paulo: Nobel, 1987.
- MUSIS, Carlo Ralph De; CARVALHO, Sumaya Persona De; NIENOW, Naiara dos Santos. Avaliação da saturação das questões abertas utilizando simulação Monte Carlo. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 38, p. 505-515, 2009.
- NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. **Ambiente. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 3, pág. 1-20, setembro de 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2016000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC129711V1932016>.
- OLIVEIRA, L. C. de; ARANA, A. R. A.; SAN'T, ANA. L. O plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) - Território Noroeste Paulista (SP): planejamento e gestão. **Sociedade & Natureza**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 25-37, 2017. DOI: 10.14393/SN-v. 29, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/30651>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- OLIVER, Beatriz. The Earth Gives Us So Much: Agroecology and Rural Women's Leadership in Uruguay. **Culture, Agriculture, Food and Environment: The Journal of Culture and Agriculture**, [s. l.], p. 38-47. jun. 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência contra mulher**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 17 maio 2021.
- OXFORD (ed.). **Oxford Escolar**. 3. ed. S.I: Oxford, 2018. 773 p.
- PAULILO, Maria Ignez. **Movimento de mulheres agricultoras: Terra e Patrimônio**. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2000.
- PETERSEN, Paulo Frederico; WEID, Jean Marc Von Der; FERNANDES, Gabriel Bianconi. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p.1-9, set. 2009.

PINTO, Marina Ferreira Campo. **Caminhos da Agrobiodiversidade: Redes de Troca de Sementes em Sistemas Agroecológicos na Serra Catarinense, Alto Vale do Rio Tijucas, Santa Catarina.** 2014. 228 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais). Universidade Federal de Santa Catarina, Ufsc Florianópolis, 2014.

PLAZAS, Gloria Gallego; TORRES, Javier Palacios; BERMÚDEZ, Lida Yanira Salinas; RINCÓN, Martha Ligia. **Lineamientos Distritales para la Aplicación de Enfoque Diferencial.** Bogotá: Idpac, 2013.

QUALSET, Calvin O.; ZANATTA, A. C. A; DAMANIA, A. B.; BRUSH, Stephen. Locally based crop plant conservation. *In*: MAXTED, N., FORDLLOYD, B.V., HAWKES, J.G. (eds). **Plant genetic conservation.** The in-situ approach. Londres: Chapman & Hall, pp. 160-175, 1997. DOI: [http://dx.doi.org/10.1007/978-94-009-1437-7\\_10](http://dx.doi.org/10.1007/978-94-009-1437-7_10)

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2010.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 15, n. 2, p.437-443, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Relatório Final de Atividades do Projeto: Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial dos Territórios de Andradina e do Noroeste Paulista.** Ilha Solteira: Unesp, 2017. 40 p.

SHARAUNGA, S.; MUDHARA, Maxwell; BOGALE, Ayalneh. Effects of 'women empowerment' on household food security in rural KwaZulu-Natal province. **Development Policy Review,** [s. l.], v. 34, n. 2, p. 223-252, fev. 2016.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista Estudos Feministas,** [s. l.], v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. *In*: MIES, María; SHIVA, Vandana. (Orgs.) **La Praxis del Ecofeminismo.** Barcelona: Icaria, 1998.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília-DF, 2009.

SILVA, Débora Pavani. **Diagnóstico da Produção de Sementes Crioulas em Assentamentos Rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP).** 2018. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2018.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. "Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro". *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: EDUFPE, 2006. p. 127-144.

SOARES, Ana Carla Carvalho. **Os desafios no atendimento à mulher em situação de violência**: uma análise a partir do Centro de Referência da Mulher (CREMV) em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2014.

SOFER, Michael; SAADA, M. A. Tzipi. Entrepreneurship of Women in the Rural Space in Israel: Catalysts and Obstacles to Enterprise Development. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 57, p.769-790, 22 abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/soru.12125>.

SOUZA, Enaide Maria Teixeira de. Local e global: uma visão dialética. *In*: ÁVILA, Maria Betânia (org.). **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS CORPO, 2001.

SRABONI, Esha; MALAPIT, Hazel J.; QUISUMBING, Agnes R.; AHMED, Akhter U. Women's Empowerment in Agriculture: what role for food security in bangladesh? **World Development**, [s. l.], v. 61, p. 11-52, set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.03.025>.

STELLA, André; KAGEYAMA, Paulo Yoshio; NODARI, Rubens Onofre. Políticas públicas para a agrobiodiversidade. *In*: **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília, DF: MMA, 2006. p. 41-56.

WEID, Jean Marc Von Der. Um novo lugar para a agricultura. *In*: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 47-66.

WHEALY, Kent. **Garden seed inventory**: an inventory of seed catalogs listing all non-hybrid vegetable seeds available in the United States and Canada. 6ª Ed. Iowa: Seed Savers Exchange, 2005.

WRIGHT, Wynne; ANNES, Alexis. Farm Women and Agritourism: Representing a New Rurality. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 54, n. 4, p.477-499, 14 maio 2014.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Global biodiversity strategy**: guidelines for action to save, study and use the Earth's biotic wealth sustainably and equitably. 1ª Ed. Washington: World Resources Inst, 1992. Disponível em: <https://www.wri.org/research/global-biodiversity-strategy> . Acesso em: 17, maio de 2021.

ZIRBEL, I. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. 2007 Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## **APÊNDICE A - Roteiro Utilizado em Entrevista com a Líder do Grupo de Mulheres União**

Perguntas:

### **Sobre o assentamento:**

1. Como foi a trajetória de formação do Assentamento?
2. Quando isso aconteceu?
3. Quais foram os principais desafios enfrentados para a formação do Assentamento?
4. Como é dividido o assentamento, e quais suas lideranças?

### **Sobre o grupo de mulheres União:**

5. Quando e como surgiu o Grupo de Mulheres União?
6. O que motivou a formação do grupo?
7. Quais as primeiras conquistas do grupo com relação ao seu objetivo?
8. Houve resistência à participação das mulheres no início? Se sim, por que você acredita que aconteceu?
9. Quais os principais desafios enfrentados pelo grupo no início? E atualmente?
10. Quais as principais atividades do grupo?
11. Quais as vantagens mais interessantes da formação do grupo, em sua opinião?
12. Ocorrem reuniões do Grupo de Mulheres? Com que frequência? Quais as finalidades dessas reuniões? Onde elas acontecem?
13. Pra você, o grupo proporciona importante troca de conhecimento entre as participantes? Se sim, quais tipos de conhecimentos?
14. Para você, qual a relação do Grupo de Mulheres União com a história e o desenvolvimento do Assentamento?

## APÊNDICE B – Questionário Utilizado em Entrevista com as Integrantes do Grupo de Mulheres União

### 1. Identificação

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Endereço da Propriedade \_\_\_\_\_

1.3 Telefone: \_\_\_\_\_

1.4 Estado Civil:

Solteira;  Casada;  Divorciada;  Viúva.

1.5 Idade:

Menos de 25 anos;  25 a menos de 35 anos;  35 a menos de 45 anos;

45 a menos de 55 anos;  55 a menos de 65 anos;  65 a menos de 75 anos;

75 anos ou mais.

1.6 Escolaridade:

Sem Escolaridade;  Ensino Fundamental Incompleto;  Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto;  Ensino Médio Completo;  Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo;  Pós-Graduação

1.7 Há Quanto Tempo Trabalha como Agricultora?

Sempre Trabalhou como Agricultora;  Últimos 10 anos;  Entre mais de 10 e 20 anos

Entre mais de 20 e 30 anos;  Entre mais de 30 e 40 anos;  Entre mais de 40 e 50 anos

Mais de 50 anos

### 2. Dados da Família

2.1 Qual o local de residência da família: \_\_\_\_\_

2.2 Qual o número de pessoas que reside com a família:

1;  2;  3;  4;  5;  6,  7 ou mais.

2.3 Quantas pessoas da família possuem outro tipo de renda, além da produção agropecuária na propriedade/lote?

1;  2;  3;  4;  5;  6,  7 ou mais.

2.4 Especificar as fontes de renda (se for o caso): \_\_\_\_\_

2.5 Utiliza mão-de-obra de terceiros para ajudar no serviço do estabelecimento?

Sim;  Não.

2.6 (Caso sim) Qual tipo?

Empregado permanente;  Diarista;  Parceiros;  Troca-de-Dias;  Outro.

2.6.1 Qual outro? \_\_\_\_\_

### 3. Dados do Estabelecimento

3.1 Total de áreas próprias:

Até 5 alqueires;  5.1 alqueires até 10 alqueires;  10.1 alqueires a 20 alqueires;

20.1 alqueires a 50 alqueires;  50.1 alqueires a 100 alqueires;  Mais de 100 alqueires

Não possui área própria

3.2 Total de área arrendada para terceiros

0,1 a 10ha;  10,1ha a 20ha;  20,1ha a 50ha;  50,1ha a 100ha;  100,1ha a 200ha

3.3 Quanto tempo faz que o estabelecimento está sob sua direção?

até 5 anos;  6 a 10 anos;  11 a 15 anos;  16 a 20 anos;  mais de 20 anos

#### 4. Produção Vegetal

4.1 Tipos de culturas produzidas na propriedade

( ) Frutas; ( ) Hortaliças; ( ) Culturas anuais; ( ) Culturas Perenes; ( ) Outra

4.1.1 Qual outro tipo: \_\_\_\_\_

4.2 Quais culturas: \_\_\_\_\_

4.3 Como realiza o controle de pragas (insetos/ácaros) nas culturas?

	Controle Químico	Controle Biológico	Armadilhas/ Iscas	Uso de Plantas Atraentes/Repelentes	Rotação de Culturas	Outros Controles
Frutas						
Hortaliças						
Culturas Anuais						
Culturas Perenes						
Outras						

4.4 Qual outra forma de controle (se houver): \_\_\_\_\_

4.5 Como realiza o controle de doenças nas culturas?

	Controle Químico	Controle Biológico	Caldas Orgânicas	Quebra-Vento	Uso de Plantas Repelentes/Atraentes	Rotação de Culturas	Consórcio de Culturas	Variedades Resistentes	Outros Controles
Frutas									
Hortaliças									
Culturas Anuais									
Culturas Perenes									
Outras									

4.6 Quais outras formas de controle de doenças (se houver): \_\_\_\_\_

4.7 Como realiza o controle de plantas espontâneas (“daninhas”)?

	Controle Químico	Rotação de culturas	Cobertura morta	Capina manual	Roçagem mecânica	Outros Controles
Frutas						
Hortaliças						
Culturas Anuais						
Culturas Perenes						
Outras						

4.8 Quais outras formas de controle de espontâneas (se houver): \_\_\_\_\_

4.9 Você cultiva e/ou possui:

( ) PANCs; ( ) Sementes crioulas; ( ) Plantas medicinais para pessoas;

( ) Plantas medicinais para animais; ( ) Área com sistema agroflorestal;

( ) Área com plantio de árvores nativas; ( ) Outra.

4.10 Qual outro cultivo (se houver): \_\_\_\_\_

## 5. Produção Animal

5.1 Quais os tipos de criações exploradas no estabelecimento?

( ) Bovinos de Corte; ( ) Bovinos de Leite; ( ) Ovinos; ( ) Caprinos; ( ) Abelhas;  
( ) Frango de Corte; ( ) Galinha Poedeira; ( ) Peixes; ( ) Outros Tipos.

5.2 Quais outros tipos (se houver): \_\_\_\_\_

5.3 Como realiza o manejo de ectoparasitas (carrapatos, mosca do chifre) e endoparasitas (vermes)?

	Medicamentos Químicos	Medicamentos Fitoterápicos	Armadilhas	Extratos Vegetais	Medicamentos Homeopáticos	Controle Biológico	Rotação de Pastagem	Outros
Bovinos de Corte								
Bovinos de Leite								
Ovinos								
Caprinos								
Abelhas								
Frango de corte								
Galinha Poedeira								
Peixes								
Outros								

5.4 Quais outros métodos de controle de pragas (se houver): \_\_\_\_\_

5.5 Como faz o manejo e/ou tratamento de doenças nos animais?

	Medicamentos Químicos	Medicamentos Fitoterápicos	Medicamentos Homeopáticos	Utilização de Raças Resistentes	Extratos Vegetais	Outros
Bovinos de Corte						
Bovinos de Leite						
Ovinos						
Caprinos						
Abelhas						
Frango de corte						
Galinha Poedeira						
Peixes						
Outros						

5.6 Quais outros tipos de controle de doenças utiliza (se houver): \_\_\_\_\_

## 6. Participação no Trabalho e nas Decisões

6.1 Quais os tipos de trabalho que você realiza em seu estabelecimento com culturas?

- ( ) Horta; ( ) Plantas Medicinais; ( ) Culturas de Grãos (milho, feijão, etc.)  
 ( ) Culturas Frutíferas (laranja, limão, etc.); ( ) Flores; ( ) Trabalho remunerado não agrícola  
 ( ) Seringueira; ( ) Outros
- 6.1.1 Qual outro tipo de trabalho, se houver? \_\_\_\_\_
- 6.2 E com criações?
- ( ) Cuidados com o gado; ( ) Ordenha das vacas; ( ) Manejo/trato de porcos;  
 ( ) Manejo/Trato das galinhas; ( ) Cuidados com cavalos; ( ) Manejo/Trato de peixes  
 ( ) Outro
- 6.2.1 Qual outro tipo de trabalho, se houver? \_\_\_\_\_
- 6.3 E com a família na residência?
- ( ) Cuidados da casa toda; ( ) Divide cuidado da casa com outro/s membros da família;  
 ( ) Cuidados dos filhos; ( ) Alimentação da Família; ( ) Outro
- 6.3.1 Qual outro, se houver? \_\_\_\_\_
- 6.4 Atualmente quem participa nas decisões com o entrevistado sobre o que produzir?
- ( ) Esposo/a; ( ) Filhos/as; ( ) Pai/Sogro; ( ) Irmão(s); ( ) Outro
- 6.4.1 Em caso de outro, quem? \_\_\_\_\_
- 6.5 E sobre a distribuição dos serviços na propriedade?
- ( ) Esposo/a; ( ) Filhos/as; ( ) Pai/Sogro; ( ) Irmão(s); ( ) Outro
- 6.5.1 Em caso de outro, quem? \_\_\_\_\_
- 6.6 E sobre pra quem e quando vender?
- ( ) Esposo/a; ( ) Filhos/as; ( ) Pai/Sogro; ( ) Irmão(s); ( ) Outro
- 6.6.1 Em caso de outro, quem? \_\_\_\_\_
- 6.7 E sobre os gastos da Família?
- ( ) Esposo/a; ( ) Filhos/as; ( ) Pai/Sogro; ( ) Irmão(s); ( ) Outro
- 6.7.1 Em caso de outro, quem? \_\_\_\_\_

## 7. Grupo de Mulheres União e Participação Política

- 7.1 Em qual(is) dessas organizações você participa ativamente
- ( ) Grupo de Mulheres União; ( ) Associação do Assentamento; ( ) Sindicato;  
 ( ) Outra associação de agricultores; ( ) Cooperativa agropecuária; ( ) Conselho;  
 ( ) Outro tipo de organização social (anotar qual)
- 7.2 Caso sim, de qual organização participa? \_\_\_\_\_
- 7.3 Qual(is) a(s) motivação(ões) que a levou a participar do Grupo de Mulheres União?
- ( ) Busca por aumento de renda familiar; ( ) Busca por novos produtos para a venda (processados); ( ) Vontade de ter mais voz de decisão na família; ( ) Troca de conhecimento entre as participantes; ( ) Maior facilidade em obter crédito e outros benefícios do governo;  
 ( ) Outro motivo
- 7.4 Qual outro motivo a levou a participar do grupo? (Se houver)? \_\_\_\_\_
- 7.5 Qual(is) desses fatos ocorreram após o ingresso no Grupo de Mulheres União?
- ( ) Aumento de renda familiar; ( ) Novos produtos pra venda (processados);  
 ( ) Aumento do poder de decisão na família; ( ) Aprendizado maior;  
 ( ) Facilidade maior em obter crédito e/ou outros benefícios do governo; ( ) Construção de laços de amizade; ( ) Obtenção de apoio das demais integrantes para decisões e novas iniciativas; ( ) Outro.
- 7.5.1 Qual outro motivo, se houver? \_\_\_\_\_
- 7.6 Com que frequência você participa das reuniões/assembleias do assentamento?
- ( ) Sempre; ( ) Às vezes; ( ) Quase não vou; ( ) Não participo
- 7.7 Qual a porcentagem de mulheres nas reuniões/assembleias do assentamento?
- ( ) Mais de 50%; ( ) Em torno de 50%; ( ) De 30% a menos de 50%; ( ) Menos de 30%;  
 ( ) Não sei

## 8. Comercialização

8.1 Qual o destino da produção do lote?

- ( ) Autoconsumo; ( ) Comércio Varejista; ( ) Intermediário; ( ) Agroindústria;  
 ( ) Feirantes; ( ) Venda na Feira-livre; ( ) Consumidor Sustentando a Agricultura (CSA);  
 ( ) Venda nas residências; ( ) Venda para consumidor na propriedade;  
 ( ) Compras Governamentais; ( ) Outro destino

8.2 Qual outro destino? (se houver) \_\_\_\_\_

8.3 Ao comparar os alimentos destinados para autoconsumo e aqueles que são destinados apenas à comercialização, há diferenças quanto à utilização de agrotóxicos?

- ( ) Sim; ( ) Não.

8.4 Se sim, qual diferença seria essa? \_\_\_\_\_

8.5 Ocorreu alguma mudança para a sua família com relação à destinação de produtos do estabelecimento durante a pandemia?

- ( ) Sim; ( ) Não.

8.6 Se sim, qual mudança foi essa? \_\_\_\_\_

## 9. Produção Orgânica, Agroecologia e Agrobiodiversidade

9.1 Sabe me dizer, o que é agricultura orgânica? \_\_\_\_\_

9.2 Produz algum alimento de forma orgânica?

- ( ) Sim; ( ) Não.

9.3 Se sim, quais produtos? \_\_\_\_\_

9.4 Se sim, quais as maiores dificuldades que enfrenta neste tipo de produção? \_\_\_\_\_

9.5 Se não, porque não? \_\_\_\_\_

9.6 Sabe me dizer o que é Agroecologia? \_\_\_\_\_

9.7 Se sim, produz algum alimento de acordo com os princípios agroecológicos?

- ( ) Sim; ( ) Não.

9.8 Se sim, quais? \_\_\_\_\_

9.9 Se não, porque? \_\_\_\_\_

9.10 Como obteve os conhecimentos sobre agroecologia? \_\_\_\_\_

9.11 Classificar o grau de importância de cada um dos seguintes aspectos, para conduzir as atividades agropecuárias de forma mais produtiva, saudável e equilibrada

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância
Evitar o Uso de Agrotóxicos				
Evitar o uso de fertilizantes químicos				
Utilizar adubação orgânica e adubação verde				
Usar métodos alternativos de controle de doenças, parasitas, pragas				

e culturas espontâneas				
Fazer rotação de culturas e/ou intercalar culturas				
Plantar/semear grande diversidade de culturas na propriedade				
Integrar culturas e criações na propriedade				
Ter área de sistema agroflorestal (SAF)				
Ter reserva de mata ciliar na propriedade (APPs)				
Ter reserva de mata nativa na propriedade (reserva legal)				
Adotar métodos de conservação do solo e da água				

**APÊNDICE C – Roteiro Utilizado em Entrevista com o coordenador executivo do  
Codeter Nilton Aparecido Marques de Oliveira**

Roteiro Entrevista (15/09/2022)

Entrevistado: Nilton Aparecido Marques de Oliveira

**Perguntas**

1. Qual foi o período que você coordenou o Codeter Noroeste Paulista?
2. Quando conheceu as integrantes do Grupo de Mulheres União e em qual situação isso aconteceu?
3. Você sabe como era a relação entre as integrantes do Grupo, especialmente com a líder (Mari)?
4. Como foi formado o Comitê de Mulheres do Território Noroeste Paulista?
5. Qual relação existia entre o Grupo de Mulheres União e o Comitê de Mulheres?
6. Quais ações do Nedet e do Codeter que auxiliaram na estruturação do Grupo União?
7. Mediante sua experiência e convivência com o Grupo de Mulheres União, quais motivos poderiam estar relacionados ao fim das atividades do Grupo?
8. Você acredita que, após a constituição do Comitê de Mulheres, na percepção da maioria das integrantes do Grupo, a liderança da Mari foi substituída pelas integrantes do Nedet Unesp Ilha Solteira que coordenavam as atividades do Comitê?
9. Como era a organização política do Assentamento União? Você avalia que o fim do Grupo de Mulheres pode ou não ter relação com a organização política do Assentamento?
10. Você tem mais alguma observação a fazer sobre o Grupo de Mulheres União?